

## PREÂMBULO

### EXISTÊNCIA PLANETÁRIA E LÓGICA DIVINA

*“Nós recebemos não o espírito do mundo, mas o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos os dons que Deus nos concedeu” (1 Co 2,12)*

Nosso planeta é um organismo vivo, finito em seus recursos, achando-se, todavia, de há muito, conspurcado, desvitalizado por forças negativas de toda ordem, provocadas principalmente pelo egoísmo, orgulho e materialismo humanos, daí conflitos bélicos, poluição, violência, aquecimento global, intempéries climáticas, pandemias. A observação macabra pelo ter, reter, acumular sem limites. A priorização do ter, poder e prazer são, em síntese, dilapidações de tesouros colocados pela Divindade à nossa disposição, dentre eles a inteligência, recursos naturais e universais. “Deus é espírito e aqueles que o adoram devem fazê-lo em espírito e em verdade” (Jo 4:24)

Poder, riqueza, inteligência são instrumentos a serviço da comunidade, dispostos generosamente por Deus para que seus detentores exerçam-nos com solicitude, tolerância, temperança, amor, solidariedade. Bens e talentos preciosíssimos que devem operar o bem coletivo e não a serviço de ingredientes mórbidos como a corrupção, nepotismo, fraude, interesses e finalidades egoístas, personalistas ou grupais. O grande e o mais letal problema da humanidade chama-se egoísmo – minorias que se apossam do poder político, econômico, religioso, não abrindo mão de seus privilégios e patrimônios, a maioria obtidos de forma questionável, em detrimento do bem comum. Uma ação maligna, deletérica de graves consequências existenciais, espirituais e cósmicas.

A macroestrutura planetária reage de forma automática, ao ser sistematicamente lesada. A lei da natureza é lei Divina, portanto eterna, imutável, onde somos instados a agir sempre em prol do bem coletivo - linha mestra moral-intelectual que impulsiona nosso ser aos cimos da evolução e da angelitude. Disciplina nas atitudes, hábitos saudáveis, sentimentos de amor, paz, fraternidade. Tudo evolui, tudo é submetido à lei do progresso nas mais diversas dimensões: física, moral, intelectual, social, espiritual. Achamo-nos, dessa forma, sujeitos às mutações naturais, biológicas, intelectivas, políticas, mudanças por vezes dramáticas e para nós incompreensíveis.

Estejamos convictos de que Deus, Pai Amoroso, sempre age prodigamente em prol do bem estar de Seus filhos, sejam em quais dimensões ou apriscos – físicos ou espirituais – onde quer que estejamos vivendo e evoluindo. A lógica Divina é distinta da conceituação humana, das convenções terrenas. “Perder” é ganhar, dividir é multiplicar como observamos na parábola da partilha dos pães e peixes. O egoísmo nos leva ao pecado, à morte, enquanto a partilha desinteressada leva-nos à vida plena, à vitória. Quando Cristo faz o anúncio de Sua paixão, o apóstolo Pedro se exalta, não entendendo porque o Excelso Mestre deveria passar por tamanha humilhação. Vemos que o Senhor repreende energicamente a Pedro, chamando-o de pedra de tropeço e de perdição. Para ser discípulo, temos que estar sujeitos ao mesmo cálice de Cristo – o carregar a cruz, o renunciar-se a si mesmo, o perdoar incondicionalmente, doar-se em total generosidade, servir ao próximo e à coletividade.

A matemática Divina é, por conseguinte, avessa ao acúmulo egoísta e hedonista. Deus manda dividir, em especial com os pobres, os órfãos, viúvas, estrangeiros, minorias, necessitados de qualquer ordem, repartindo-se o pão indistintamente. O servir, o dividir, o compartilhar são chaves preciosas que nos abrem o caminho do bem, da ação em favor do próximo e da coletividade. Tudo quanto existe é propriedade do Senhor, da qual somos apenas temporários zeladores. Ai de quem retém para si! Ai dos que enterram egoisticamente os talentos! Ai de autoridades, servidores, empresários corruptos, comensais palacianos, mordomos desonestos que, com seus artifícios “legais” e privilégios inomináveis açambarcam o pão das multidões famintas!

### A bancarização em Minas

Precisa sacar dinheiro? Caixa eletrônico. Fazer um pagamento? Pix. Crédito? Converse com seu gerente. Resolver a vida financeira hoje em dia parece prático, rápido e inclusive muito tecnológico. Mas o atual cenário é resultado de transformações que ultrapassaram séculos. Sim, a história bancária de Minas Gerais é longa - e pauta inclusive de pesquisas sem consenso total sobre sua origem efetiva.

Pág. 04



### O copo brasileiríssimo

Tão tradicional quando o dedo-de-prosa no bar é o copo que passa pela mesa (isso, claro, em tempos distantes da Pandemia). E ele tem até um nome: Copo Americano. O que pouca gente sabe é que a origem dele é nacional. E mais do que isso: são-joanense.

Pág. 11

### Basílio da Gama

Na lista de personalidades históricas com berço na região está José Basílio da Gama, o célebre autor de "O Uruguai" que nasceu na antiga São José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, em 1741. Detalhes de sua trajetória que culminou na cadeira nº4 da Academia Brasileira de Letras estão na

Pág. 14

# ADIVINHAS

- 1- Onde é que passa um carro e não passa um mosquito?
- 2- O que é, o que é? Tem pescoço e não tem cabeça, tem braços e não tem mãos, tem corpo e não tem pernas.
- 3- O que é, o que é? Faz virar a cabeça de um homem.
- 4- O que é, o que é? Não tem pé e corre, tem leito e não dorme, quando para morre.

Respostas: 1- Na tela de aranha; 2- camisa; 3- o pescoço; 4- o rio

## Provérbios e Adágios

- Com quem te não faz mal, procede por igual
- DIRIGIDO por mim e guiado por Deus
- De hora em hora, Deus melhora.
- Vender azeite (ficar nervoso)
- Conversa para tirar boi do mato (coisa ou conversa sem sentido)
- Pôr panos quentes (apaziguar)
- Amigo da onça - falso

### Para refletir

#### PENSAMENTOS BUDISTAS:

“Melhor do que mil palavras ocas, é uma palavra que traga a paz.”

“Mesmo que você leia muitas escrituras sagradas e mesmo que você fale muito sobre elas, o que de bom elas podem fazer por você se não agir sobre isto?”

“O caminho não está no céu. O caminho está no coração.”

“Para compreender tudo é preciso perdoar tudo.”

## EXPEDIENTE

### QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Davy Antonio Silva Reis

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO  
APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Davy Antonio Silva Reis

## O CAVALEIRO DO BARRIL



### O cavaleiro do barril

**H**AVIA um cavaleiro que combatera em todos os cantos e recantos do reino. Certo dia, numa escaramuça, uma flecha atravessou-lhe a armadura e por pouco não deu fim imediato aos seus dias e às suas aventuras guerreiras.

Num relance, ele vislumbra o paraíso, mas bem longe e, de qualquer maneira, fora do seu alcance. Vislumbra também o inferno, com a sua goela ardente bem próxima dele, prestes a engoli-lo. Porque há muito tempo ele esquecerá as suas promessas de bravo cavaleiro, tendo se transformado gradativamente num bruto impenitente que matava com alegria o próximo, não perdía oportunidade de pilhar e, como se não bastasse, violava.

Tomado de um temor salutar, ele atira o elmo, a espada e as manoplas de ferro ao chão e se dirige ao eremitério de um monge famoso por sua santidade, bem no meio da floresta.

— Meu pai, desejo ser perdoado pelas minhas faltas, pois temo muito pela salvação da minha alma! Farei a penitência que me indicardes, porque não temo nenhuma!

— Pois bem, meu filho, vai simplesmente encher de água este barrilzinho e traze-mo — responde o eremita.

— Zombais de mim! Esta é uma penitência de criança ou de campônio! — vangloria-se o cavaleiro, não tão convertido, que eleva um punho ameaçando golpear o monge.

Mas a visão do inferno e dos diabinhos cheios de trejeitos lhe retorna bruscamente à memória. Por isso, resmungando, ele põe o barril sob o braço e se dirige ao rio próximo.

Estupefato, vê o barril mergulhado na corrente recusar-se a se encher!

— Sortilégio mágico! — rugiu o penitente. Mas hei de vencer!

116



117

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:





## AO PÉ DA FOGUEIRA

### O SÓSIA

*“Todos temos um gêmeo no mundo. Alguém igual a nós – fisicamente falando – embora com uma vida diferente da nossa”* (João Ferreira Coutinho – “Gazeta do Povo” 30/03/2019)

Chico Tomás foi uma figura marcante da região, em especial de Morro do Ferro (ou São João Batista, melhor dizendo, como se dizia então). Cidadão operoso, modelar, por profissão barbeiro, a aparência simples, calvo com tufos de cabelos entrelaçados de um lado e do outro da cabeça com que buscava camuflar a aridez capilar. De origem italiana, família Guglielmelli, irmão de Vitorio, sr. Oliveira, Pe. Domingos. Do outro lado, MP, igualmente um dos homens mais proeminentes da comunidade morroferrense, músico e maestro de mão cheia, de temperamento divertido, o humor entre o pândego e o imprevisível.

Domingo à tarde no Mineirão. Milhares de pessoas aglutinadas e convulsionadas para o clássico Atlético x Cruzeiro. MP, e uma plêiade de conterrâneos ali apostos, ocupando um trecho do vasto Estádio, extrovertidos, ruidosos, envoltos em chistes e descontraídos motejos. Eis que à frente, para espanto de todos, em uma das arquibancadas próximas, ninguém mais nem menos do que “Chico Tomás” Era o próprio ali à frente! Como teria chegado ao Mineirão? Se não fosse ele, quem diria haver uma réplica, uma cópia idêntica ou uma extensão simétrica um do outro, afastados por uma linha divisória de 200 quilômetros entre Morro do Ferro e a Capital?! Algo real ou ilusório?! Uma projeção, um desdobramento fisionômico no espaço?! Inconcebível, ou será que o conterrâneo Chico Tomás teria o dom da bilocação (o se estar em dois lugares diferentes e distantes ao mesmo tempo)?! Na verdade, porém, era um sócia perfeito. Da mesma altura, traços fisionômicos idênticos, a mesma calva, o mesmo penteado, o mesmo padrão de roupa... Ah, os corredores da vida e do tempo são estreitos com suas voltas, reviravoltas, enigmáticos labirintos, assim pensavam MP, e os companheiros morroferrenses.

Alguém do grupo, de forma maliciosa, arrisca: - Vamos mexer com ele. Não podemos perder esta oportunidade ímpar. Acenam-lhe, gesticulam, tentam por todas as formas se apresentar como conhecidos. O homem não dá a mínima atenção. O desafio continua. Um outro da roda incita: - Quem tiver coragem de ir até ele e cumprimentá-lo, ganha uma cerveja.

MP, se habilita. Desligando-se da turma, aproxima-se do estranho, exibindo largo sorriso, gestos eszuziantes, dizendo ao torcedor, pasmo (enquanto o cumprimentava e buscava abraçá-lo): - Mas, quanto prazer, amigo e conterrâneo Chico Tomás...

O homem se esquiva, cara de poucos amigos, afirmando entre sílabas: - Não o estou reconhecendo, meu senhor... Deve haver um grande, senão grave engano...

Agora, ali tão próximo daquele cidadão, MP, se impressiona. Era, de fato, Chico Tomás em pessoa. O jeito, o tipo e modo de vestir, a incrível semelhança facial e corporal, até o timbre de voz, tudo parecido. Uma cópia praticamente perfeita. Sócia escarrado. Cara de um, focinho de outro, como se diz no interior. Assim divagava MP, mas, ante o passadão e vaivém de pessoas, vendedores, gargalhadas, gritos, empurrões, viu-se afastado daquele “Chico Tomás” do Mineirão.

Algo original, perturbador. Protótipo vivo, o encontro com outro (duplo) Chico Tomás, gerando ambiguidades. Por fora uma cópia perfeita. Se colocados lado a lado, seriam quase indistinguíveis, dadas as feições análogas, idênticas; não eram, todavia, iguais internamente: por dentro o inverso, o controverso. MP, retorna ao seu grupo, que o acompanhava atentamente à distância. Cumprira a primeira tarefa, expondo aos companheiros a incrível semelhança entre ambos os “chicos”. A turma, entusiástica, instiga: - Dobramos a cerveja, se você voltar lá e repetir com mais vigor o seu cumprimento e insistir com ele, com toda veemência, que vocês são velhos conhecidos e, portanto, conterrâneos...

MP, não se faz de rogado. Envolvendo-se de vez com a brincadeira, retorna ao local onde está a vítima. A identidade visual e física do homem à sua frente é irretocável, um duplo inconfundível – Chico Tomás, em carne e osso, transplantado, inteiro, de Morro do Ferro para o Mineirão. Aproxima-se com energia redobrada, os braços estendidos, envolvendo de surpresa o cidadão, novamente atônito, e que busca desvencilhar-se a todo custo, a contragosto, do indesejado abraço. Diz-lhe, a plenos pulmões: - Mas, amigo Chico Tomás, meu velho companheiro e amigo, não posso acreditar que não está me reconhecendo... Há quanto tempo não nos vemos, grande amigo da infância em nossa velha natal... Precisamos comemorar com toda festa...

O homem, contrafeito, resiste, desconversa, desvencilha-se, aca-

bando por empurrar MP. Enervado, indignado, diz-lhe: - Já lhe afirmei que não o conheço, nunca o vi em toda a vida... O senhor é um louco...

Mas, já era tarde. MP abraçara o sócia do Chico Tomás, ainda que forçadamente, embora sendo repellido incisivamente. Tudo presenciado pelos conterrâneos e tão logo MP, retorna ao grupo de conterrâneos, ei-los a incitá-lo: - Você já ganhou três cervejas. Já que o homem tá bravo, nós te pagamos mais cinco cervejas “pr’ocê” voltar lá e aplicar um bom safanão nele...

Aceitando, uma vez mais, o repto, MP retorna ao palco. Aproxima-se novamente daquele Chico Tomás “copiado”, justamente no momento em que este comemorava um gol de seu time.

- Mas, meu velho amigo Chico, não entendo como você não está me reconhecendo...

Fingindo comemorar igual e solidariamente o gol, MP, segurando o torcedor pelo braço, aplica-lhe um sonoro, estonteante golpe entre o ombro e a cabeça, fazendo-o cambalear. Eis que este, para perplexidade de todos o que assistiam a cena, aos gritos e prantos, sai em desabalada carreira, escadas abaixo, gritando:

- Salvem-me... Polícia! Polícia! Este louco aí atrás está me perseguindo...

Tempo em que MP, e companheiros, temendo alguma complicação, se retiram do local. Era, contudo, o final do jogo e acabaram por se misturar em meio à imensa multidão, à saída do colossal estádio. Ganhara MP., afinal, naquela brincadeira, oito cervejas...



**NR** – O assunto “Sócia” inquieta a humanidade ao longo do tempo, sendo tema de mitologia, literatura, artes, além de transplantado para filmes, peças de teatro etc. Alguns contos tratam do assunto, como “Meu sócia” (Gastão Cruls); “Homem duplicado” (José Saramago); “William Wilson” (Edgar Allan Poe – conto publicado em 1839 e levado ao cinema em 1968 – filme “Histórias Extraordinárias”, direção de Louis Malle e protagonizado por Alain Delon); “Nos Olhos do intruso” (Rubens Figueiredo), além das comédias clássicas “Anfitrião” e “Os Menecmos” (Plauto) e “Comédia de Erros” (William Shakespeare).

Acreditavam os antigos egípcios que junto ao corpo físico do homem existia de um lado o seu Ka (o duplo geral ou etérico) e de outro o seu nome, espécie de duplo ou alter ego espiritual. Tal crença subsiste nos dias atuais como entre os esquimós e alguns grupos tribais asiáticos.

Inúmeros santos tinham, por outro lado, o dom da bilocação ou ubiquidade (o poder de se estar ao mesmo tempo em lugares diferentes), dentre eles São Francisco de Assis, Santo Antonio de Pádua, Pe. Pio de Pietrelcina, S. Martinho, São Afonso de Ligório etc. (assunto que trataremos em oportuna edição desse boletim)

# HISTÓRIA BANCÁRIA DE MINAS GERAIS

*“Ser mineiro é vender queijos e possuir bancos” (Fernando Sabino)*

Minas sempre teve forte tradição bancária, aqui sediando inúmeros bancos, quase sempre nas mãos de tradicionais famílias, o que vigoraria por décadas. A partir de 1990, com a globalização, a maioria das grandes corporações bancárias estaduais se fundiu, foi incorporada ou passou ao controle acionário de organizações financeiras nacionais ou estrangeiras ou ainda transferindo sua sede para outros Estados, em especial São Paulo. Instituições bancárias famosas surgiram em Minas Gerais como o Banco da Lavoura (depois Real), o Banco Nacional, o Unibanco, Banco Mercantil, BMG, o Mineiro da Produção<sup>(1)</sup> bem como outros como o Progresso, o Agrimisa, o Economisa, tendo à frente barões rurais ou políticos e empresários encastelados no Estado. Assim, nossos poderosos banqueiros comandaram bilhões em seus bancos, influenciaram a política regional e nacional, dominaram para o bem e o mal a nossa economia; perderiam, porém, em especial a partir de 1990, o brilho com a quebra de muitas de suas instituições e alguns deles, embora vivendo nababescamente, enfrentariam problemas junto às autoridades e à opinião pública.

O setor bancário mineiro, segundo autores como Washington Balbino e Nelson Lage Mascarenhas<sup>(2)</sup> está histórica e diretamente relacionado à industrialização, em particular a partir de 1880, quando ocorreu o denominado “surto industrial mineiro”. Para outros autores como Claudio Albuquerque Bastos (“Instituições Financeiras de Minas” – 1997) o ciclo bancário mineiro teve sua origem, não na industrialização, mas na atividade agrícola, em especial a cafeeira, com maior impacto na região geoeconômica entre São João Del-Rei e Juiz de Fora, que recebera(m) nítida influência, em sua economia, do polo cafeeiro fluminense e fronteiro mineiro (Rio- São Paulo)

Estudiosos como Fernando Nogueira de Castro e John Wirth (este em sua obra “Minas e a Nação” – 1975) são de opinião, todavia, que a gênese do sistema bancário mineiro não está ligada a nenhum desses fatores (economia cafeeira, desenvolvimento industrial-comercial) e muito menos à política econômica do Encilhamento<sup>(3)</sup>

Autores como Flávio Azevedo Saes opinam, por sua vez, que o crédito sequer desempenhou papel determinante no processo de desenvolvimento econômico, a não ser dentro de certas especificidades (“Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930” S. Paulo, IPE/USP, 1986)

Segundo a conceituada historiadora Clotilde Andrade Paiva, Minas Gerais detinha um importante e diversificado setor exportador agropecuário, aqui se acumulando considerável capital na esfera mercantil (“População e economia nas Minas Gerais do século XIX”, USP, 1996). Os bancos locais, em si mesmo fragmentários, dispersos, muitos deles situados em regiões fronteiriças, atendiam as pequenas atividades comerciais, enquanto o grande capital seria suprido por fontes governamentais ou bancos de maior porte de São Paulo, Rio de Janeiro e mesmo Minas Gerais.

Fernando Nogueira Costa (in “Bancos em Minas Gerais 1889-1964” Unicamp, 1978) opina que a expansão significativa de bancos no sul de Minas, entre 1910 e 1920, acha-se ligada ao vigor



da ascendente economia paulista, a implantação de ferrovias, à indústria e ao café. Sabe-se que, entre 1920-1925, os três principais bancos mineiros (Banco Hipotecário e Agrícola, Banco Comércio e Indústria, ambos com sede em Belo Horizonte e o Banco de Crédito Real, com sede em Juiz de Fora) detinham juntos 90% dos depósitos em conta corrente de Minas.

Claudio Albuquerque Bastos, com base nos fatores retro mencionados (café, industrialização, Encilhamento) divide a história bancária mineira em 3 fases: do 1º banqueiro identificado João Batista Machado (1822) até 1896<sup>(4)</sup>; a 2ª fase, marcada pela ausência do surgimento de bancos (1896-1909) e a 3ª fase, a partir de 1909, com o incremento febril de inúmeras instituições bancárias.

Três bancos mineiros (Banco Territorial e Mercantil de Minas, Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Provincial de Minas) participaram ativamente, por seleção do Império, do Plano de Auxílio à Lavoura<sup>(5)</sup>, sendo que deles o Banco Territorial e Mercantil, com sede em Juiz de Fora, viria a falir em função das especulações típicas do mercado financeiro do Rio de Janeiro à época do Encilhamento.

Antonio Lopes de Sá, em sua obra “Origens de um Banco centenário” (1986) sobre a trajetória do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora, opina que o café foi o produto de referência da economia mineira no século XIX, responsável por mais da metade do percentual (chegando a 71,64% entre 1889 a 1893) de exportação do Estado, cujos excedentes de capital (cafeeiro) foram investidos internamente, afetando de igual forma e positivamente os setores bancário, comercial e industrial. Dos 12 maiores acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 7 eram cafeicultores. Seria o único banco mineiro, decerto por não realizar operações especulativas, que sobreviveu à gravíssima crise bancária de 1900. Dos 13 bancos comerciais fundados em Minas Gerais após 1887, principalmente em função da ascensão da economia agroexportadora cafeeira, 8 situavam-se na Zona da Mata, 3 na região dos Campos das Vertentes (2 em São João Del-Rei e 1 em Barbacena) e 2 na região central do Estado.

Os bancos ofereciam o chamado “desconto de letras”, crédito tipicamente comercial (curto prazo) que passou a ser utilizado a posteriori como crédito de longo prazo para atender as demandas da lavoura. Uma economia em transformação entre o final do século XIX e inícios do século XX, demandando maior quantidade e melhor qualidade de crédito.

## BANCOS EM MINAS GERAIS

Já, dentre os 68 bancos fundados em Minas Gerais entre 1909 e 1930, a maioria deles sediavam-se na Zona da Mata e Sul de Minas<sup>(6)</sup> Vamos encontrar alguns em pequenas cidades de nosso meio, a saber: 2 em São Tiago (Banco Rural de São Tiago – 1925 e Banco Popular de São Tiago – 1928), 1 em Bom Sucesso (Ban-



co Comercial e Agrícola de Bom Sucesso – 1925) e 1 em Lagoa Dourada (Banco Popular Agrícola e Industrial de Lagoa Dourada – 1925) (Fontes: Claudio Albuquerque Bastos – “Instituições Financeiras de Minas 1819-1955”, BH, Embalart Edit.Gráfica Ltda, 1977, pp. 328 a 339 // Marcus Antonio Croce e Cláudia Cristina da Silva – “Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX” UFMG/Universo, Belo Horizonte/Niterói, 2014).

Minas experimentaria uma fértil expansão do sistema bancário em inícios do século XX, implicando em substancial desenvolvimento para o Estado e em especial as regiões da Mata, Sul e Vertentes, até então dependentes em termos bancários do Rio de Janeiro e São Paulo. Há ainda muitas divergências, especulações e análises inconclusivas quanto à identificação e justificativa(s) do crescimento, transformação – e mesmo definimento, com vasta liquidação de entidades financeiras – do sistema bancário mineiro, mormente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A partir de 1894, o governo Prudente de Morais buscou implantar uma economia ortodoxa, igualmente sem sucesso, sucedida em 1898, já no governo Campos Salles, pelo denominado “Contrato Funding-Loan”, uma política que buscava contrair a economia e sanear as contas públicas, o que viria desencadear na catastrófica crise bancária de 1900, da qual em Minas, somente o Banco de Crédito Real conseguiu sobreviver, aliás um dos poucos em todo o território nacional.

Tal fato (sobrevivência do Banco de Crédito Real) geraria grande prestígio ao seu diretor gerente, João Ribeiro de Oliveira e Souza, que se tornou renomado consultor do setor bancário, presidente do Banco do Brasil em 1905 e ministro da Fazenda em 1919, ainda hoje lembrado como um notável gestor governamental na área econômico-financeira.

Em 1903, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, realizado em Belo Horizonte, definira – com base nas políticas financeiras de João Ribeiro de Oliveira e Souza - as novas diretrizes e estruturas do setor bancário, as quais se estenderiam na prática por quase todo o século XX. Homem de visão, diplomático, João Ribeiro entendia que o renascimento e a alavancagem do setor bancário mineiro deveria contemplar:

1. A abertura de um grande banco oficial estadual, sob a forma de sociedade (economia mista);
2. Abertura de bancos de crédito real em todas as unidades federativas do País; 3. Abertura de associações e cooperativas de crédito locais ou ainda caixas de empréstimos nos moldes/modelos alemães Reiffsen e Schulze-Delitsch para atender os pequenos produtores e pequenos empresários;
4. Todos os estabelecimentos criados seriam rigorosamente fiscalizados, regidos por contratos minuciosos nos termos da legislação financeiro-comercial de 1885 e 1890;
5. Criação do “Banco Colonizador” para apoiar imigrantes e pequenos proprietários;
6. Criação da “Carteira de Crédito Agrícola” com ênfase para crédito e investimentos à lavoura cafeeira. Essa carteira seria implantada por João Ribeiro no Banco de Crédito Real em 1905.

Poucas dessas salutares medidas foram implantadas<sup>(7)</sup> O governo mineiro João Pinheiro estimulou a implementação de cooperativas de produção, em especial ligadas à atividade cafeeira e canavieira (Zona da Mata) As grandes expectativas ligadas à fundação e operacionalização de cooperativas de produção, contudo, viram-se frustradas, não apresentando os resultados aguardados. Segundo o pesquisador Otávio Dulci<sup>(8)</sup> entre nós, “o esquema de cooperativas acabou caminhando em sentido diverso do modelo europeu. Sua finalidade na Europa era assistir e tornar competitiva a pequena produção (que João Pinheiro queria apoiar), mas dada a estrutura agrária mineira, dominada por grandes ou médias unidades, as cooperativas assumiram a feição de consórcios dos produtores rurais poderosos, com participação subordinada dos pequenos. O movimento de participação cooperativista não morreu, mas só tomaria vulto algumas décadas mais tarde, sob outras circunstâncias econômicas e políticas”

## ALGUMAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS MINEIRAS DO SÉCULO XIX

- Caixa Econômica Particular de Ouro Preto, fundada em 1838 e que viria a ser liquidada em 1903. Causa principal: 80% do capital da Caixa estava(m) alocado(s) no Banco da República do Brasil (Banco do Brasil) e cujas ações do banco oficial, ante a grave “crise bancária de 1891 a 1900” tiveram grande deságio, levando o Banco da República do Brasil a não honrar seus pagamentos, levando de roldão seus aplicadores/depositantes. A denominada “Crise de 1900” faria desmoronar praticamente todo o sistema bancário mineiro e mesmo nacional.
- Casa Bancária Almeida Magalhães, fundado por Custódio de Almeida Magalhães em São João Del-Rei (1860)
- Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em Juiz de Fora (1887) e que viria a falir em função das especulações típicas do mercado do Rio de Janeiro, então capital do País, à época do Encilhamento.
- Banco Popular de Minas Gerais, com sede em São João Del-Rei, fundado em 1891 e liquidado em 1900, à época do Encilhamento
- Banco de Crédito Popular de Minas, com sede em Juiz de Fora, fundado em 1891 e liquidado em 1893. Na mesma cidade, o Banco S/A Crédito Mineiro fundado em 1891 e liquidado em 1892. Ainda em Juiz de Fora. O Banco Comercial de Minas Gerais, fundado em 1892, não chegando a funcionar;
- Banco União de Minas S/A, com sede em Barbacena, autorizado a funcionar em 24/05/1892 nos termos do Decreto 823 do Senado Federal, encerrando suas atividades antes de 1900.
- Banco Provincial de Minas Gerais, fundado aos 27/05/1889, em Ouro Preto. Transformado em 05/03/1890 no Banco (do Estado) de Minas Gerais S/A (oficial) e que viria a ser liquidado em 27/09/1992.
- Banco União de Minas S/A, com sede em Barbacena, teve, como um de seus principais proprietários, Carlos Pereira Sá Fortes, fazendeiro e empresário da área de laticínios.
- Banco de Cataguases, assim como o Banco Construtor do Brasil, eram ambos de propriedade do imigrante português João Duarte Ferreira, empresário cafeicultor, comerciante e industrial das áreas de fiação, tecelagem e energia elétrica. Cofundador e acionista majoritário da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina fundada em 1905. O Banco Cataguases existiu entre 1889 e 1892 (segundo outras fontes até 1897).
- Banco de Leopoldina, fundado em 01/03/1891, teve existência conturbada e de muitos prejuízos, sendo seu principal incorporador, o cafeicultor José Antonio Monteiro da Silva.
- Banco de Ubá e Rio Branco funcionou entre 1891 e 1896. Um de seus presidentes foi o conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do Visconde de Ouro Preto, teve que dispor praticamente de todos os vultosos bens para pagar credores.

### NOTAS

(1) O Banco Mineiro da Produção S/A, com sede em Belo Horizonte, foi autorizado a funcionar pela carta patente n. 1405 de 23-10-1936. Fundiu-se ao Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S/A aos 28-07-1967, do que resultou o Banco do Estado de Minas Gerais S/A-BEMGE, inaugurado oficialmente aos 01-09-1967.

Uma curiosidade: Nosso ilustre conterrâneo Dr. Augusto das Chagas Viegas (1884-1973), pelo que constatamos, aparece relacionado como secretário do Conselho de Administração do Banco Mineiro da Produção entre 1956/1959 e ainda presidente de seu Conselho Consultivo no período de 1961/1966, dados que enriquecem o seu invejável currículo.

Lembramos, por oportuno, que Dr. Augusto das Chagas Viegas, advo-

gado, professor, deputado federal, foi secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais (1946) à época do interventor Dr. Noraldino Lima.

Sobre o Dr. Augusto das Chagas Viegas (1884-1973) ver matéria em nosso boletim nº XXXIX-dez/2010.

(2) Washington Balbino – obra “Perspectivas atuais da economia mineira” (1957)/ Nelson Lage Mascarenhas – obra “Bernardo Mascarenhas e o surto industrial de Minas Gerais” (1954)

(3) Encilhamento – movimento extraordinário de especulação financeiro-bolsista que ocorreu nos primeiros anos da República, com a emissão fraudulenta de títulos creditícios, supervalorização de bens em custódia fiduciária etc. levando o sistema financeiro do País ao colapso. Segundo John Wirth, o surgimento de bancos, ante uma economia em transição e ascensão em todos os seus aspectos, estava ligado a oportunidades geradas pelas múltiplas atividades como café, indústria, integradas/conectadas todas ao Estado de São Paulo e, por conseguinte, com demandas de crédito e produtos financeiros.

(4) João Batista Machado, tido como o primeiro banqueiro mineiro registrado, atuava em São João Del-Rei, e com quem o cientista francês Saint Hilaire realizara operações bancárias em fevereiro/ 1822, quando de uma de suas passagens pela região. Saint Hilaire faz severas críticas ao onzenário sanjoanense, conforme se lê em seu livro “Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo” (1822). Ver matéria, a esse respeito, em nosso boletim nº CX – nov/2016.

Ainda em São João Del-Rei, em 1860, Custódio de Almeida Magalhães – por sinal, descendente de João Batista Machado – fundaria a “Casa de alugar dinheiro” que daria origem ao Banco Almeida Magalhães com sede em São João Del-Rei e filial no Rio de Janeiro.

(5) A medida governamental “Auxílio à Lavoura” em 1889, foi uma tentativa de socorrer, através do crédito, a economia cafeeira e ainda de contornar uma crise com as bases dos senhores escravagistas devido a Abolição. Era um incentivo do Tesouro, mediante subsídios aos bancos (setor financeiro brasileiro), dentre eles três mineiros – Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Provincial de Minas Gerais.

O governo, nessa mesma medida, flexibilizou ainda a abertura de sociedades anônimas, num esforço de diversificação setorial, o que permitiria o surgimento de mais bancos (seriam criados mais de 10 somente em Minas Gerais). Como vimos – dada as consequências da especulação financeira na praça do Rio de Janeiro – instalara-se a primeira crise do Encilhamento (1891-1893), derrubando, à época, até o final do século, praticamente todo o sistema financeiro mineiro e mesmo nacional.

(6) O Sul de Minas tornar-se-ia um celeiro de bancos a partir da década de 1910 com o surgimento de inúmeras instituições financeiras em diversas cidades da região, dentre tantas: Banco de Guaxupé (1909); Casa Bancária Alves Pereira & Cia (1915); Banco Santaritense (1917, sede em Santa Rita do Sapucaí); Banco de Monte Santo S/A (1918); Casa Bancária Campos Lima & Cia (1921); Casa Bancária Pereira & Cia (1921); Banco Machadense (1921); Casa Bancária Odilon Freire & Cia (1922); Ferreira Alves & Cia Ltda (1922); Banco J.O. Rezende & Cia (1922); Casa Bancária Lima, Bernardes Forli Cia (1922); Banco Popular do Sul de Minas (1924); Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho & Cia Ltda com sede em S. Sebastião do Paraíso (1924 - Este banco abriria uma filial em São Tiago, em 1925, provavelmente para agilizar/ampliar seus negócios na região, desconhecendo-se maiores detalhes a respeito) Casa Bancária Alves Lima & Cia (1924); Banco Comercial e Agrícola de Varginha (1925 – liquidado em outubro de 1943 e seu ativo incorporado ao Banco do Distrito Federal); Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira, com sede em Itajubá; Banco Comércio e Lavoura, sede em Muzambinho; Casa Bancária Moreira Salles & Cia, sede em Poços de Caldas (que se tornaria o UniBanco); Banco Comercial de Alfenas (1918 – encampado em 1939 pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais); Casa Bancária Nunes & Melo, com sede em Caxambu (1926); em 19-08- 1928, transformou-se no Banco de Caxambu; Casa Bancária Porto & Cia Ltda, com sede em Ubá, existiu por volta de 1928.

(7) A ascensão dos bancos e do setor financeiro na região Sul de Minas, segundo alguns estudiosos, foi em função da mudança do eixo da economia nacional que migrara do Rio de Janeiro para São Paulo, sendo que a região Sul mineira, por vários fatores, estendera e estreitara fortes ligações com o Estado de São Paulo.

• Bancos Locais e Regionais Mineiros Instalados ainda no Século XIX, Inclusive em Nosso Meio - Anterior a 1900, encontraremos o Banco Popular de Cataguases, fundado em 01-09-1890, funcionando por pouco tempo; Banco dos Operários de São João Del-Rei, fundado em outubro/1890 com capital de 500:000\$000, presidido pelo empreiteiro Antonio Francisco da Rocha e posteriormente incorporado ao Banco Luso-Brasileiro; Banco Popular de Minas, com sede em São João Del-Rei, fundado por volta de 1891, desaparecendo na crise de 1905; Banco de Leopoldina instalado em 1891, subsistindo por alguns anos; Banco de Ubá e Rio Branco, sediado em Ubá, constituído em 25-04-1891 e liquidado “amigavelmente” pela AGE de 02-03-1896; Banco União de Minas S/A com sede em Barbacena, constituído pela AGE de 06-03-1892.

(8) As ideias propostas por João Ribeiro de Oliveira e Souza (em seu relatório no Congresso de 1903) começaram a se tornar mais visíveis em 1911 quando surgiu em Minas Gerais o Banco Hipotecário e Agrícola, gerido pelo grupo francês Pérrier, com atuação no campo agrícola e empréstimos a prefeituras, para atender o saneamento urbano, tendo como contrapartida oficial isenções fisco-tributárias e garantias de juros em letras hipotecárias. Em 1913, o governo mineiro adquiriu 2/3 das ações do Banco de Crédito Real, no sistema de sociedade mista (o restante com investimento do capital privado). Tais bancos tinham sedes em pontos estratégicos, além de sucursais, o que ampliou o atendimento às necessidades de crédito, não apenas agrícola, mas também comercial e industrial. Uma vasta rede bancária se espalhariá, a partir de 1909, por todo o Estado. Já em 1930 existiam 68 instituições financeiras em todo o Estado!

(9) In “Política e Recuperação Econômica de Minas Gerais”, BH, Ed. UFMG, 1999, p. 47 e nota de rodapé 18, p. 247)



## BANCOS LOCAIS EM NOSSA REGIÃO – SÉCULO XX

(pelo que nos foi dado apurar, pois há carência de fontes e documentação, ainda que verbais)

### BOM SUCESSO

• Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso, com sede em Bom Sucesso – fundado em 15-07-1928 e encampado em 21-10-1934 pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A. Seu capital era 200:000\$000. Sua diretoria: Presidente – Antonio Martins Soares; Vice-Presidente: Dr. Waldemar Augusto de Oliveira; Secretário: José Soares Neto; Gerente: Cristiano Teixeira de Carvalho. A lista dos fundadores foi publicada no “Minas Gerais” de 21-09-1928 (Fonte: Castanheira Filho – “História de Bom Sucesso”)

### ITAPECERICA

• Banco de Itapecerica – fundado em junho de 1929, tendo como presidente Severo Santos Ribeiro, encerrando suas atividades alguns anos após.

### LAVRAS

• Casa Bancária Irmãos Menicucci, sediada em Lavras, autorizada a funcionar pela carta patente n. 1056 de 19-01-1933 e cancelada pela SUMOC (hoje BACEN) em 09-04-1947

### LAGOA DOURADA

• Banco Comercial e Agrícola de Lagoa Dourada – autorizado a funcionar pelo Decreto n. 8189 de 07-11-1941, com registro sob n. 1406. Foi ele o sucessor da Cia. Soc. Bancária, Comércio e Indústria de Lagoa Dourada (fundada em 01-08-1937, sendo presidente Ludgero Ferreira Lopes), cuja carta patente



fora então cancelada (1941). O Banco Comercial e Agrícola de Lagoa Dourada tinha como presidente Ludgero Ferreira Lopes e encerraria definitivamente suas atividades em 1956

## CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS

• Embora não sendo uma instituição financeira, registre-se – pelo seu pioneirismo – a existência da empresa seguradora “A Concepcionense – Sociedade Mútua de Pecúlios e Prêmios” que existiu, por volta de 1913, em Conceição da Barra de Minas, tendo como presidente o famoso médico Dr. Cyro Teixeira Peçanha (Fonte: Prof. Antonio Gaio Sobrinho)

## SÃO TIAGO

Ver o tópico/box “Instituições financeiras com sede em São Tiago”: pág.: 8.

## INTRODUÇÃO / BANCOS NO BRASIL

Embora existam bancos desde a Idade Média e Renascença, foi em meados do séc. XVIII com a Revolução Industrial e a expansão do processo produtivo e consequente demanda de crédito, que surgiram as necessidades e possibilidades de desenvolvimento do sistema financeiro estruturado, permitindo acumulação do capital e crescimento da economia.

No Brasil, as transformações no processo produtivo ocorreriam tardiamente. O Banco do Brasil, o 1º banco oficial, criado por D. João VI em 12/10/1808, com a finalidade de financiar as despesas do Estado, viria a ser extinto em 1829, inexistindo durante importante período um banco oficial que promovesse o crédito e contribuisse para a solução dos problemas monetários.

Embora protocolados em 1838, somente em 1842 foram aprovados os estatutos do Banco Comercial do Rio de Janeiro. O governo imperial era indiferente, desinteressado, omissivo e inoperante quanto ao assunto, daí surgiram iniciativas bancárias de caráter privado com o propósito de minimizar o problema da escassez de meio circulante e ainda de oferecer crédito aos comerciantes. Além do Banco Comercial do Rio de Janeiro, surgiram, à época, o Banco do Ceará (1836-1839), o Banco Comercial da Bahia (1845), o Banco Comercial do Maranhão (1847) que se tornariam casas de crédito a estimularem a economia mercantil brasileira, formada geralmente por capitalistas e negociantes que empregavam grandes fundos em tráfico de escravos e manufaturas.

Em 01/01/1819, o Banco do Brasil instalou sua caixa filial em Vila Rica (Ouro Preto), que tinha como única finalidade a compra de ouro e prata. Em 1860 seria inaugurada em São João Del-Rei a Casa Bancária Custódio de Almeida Magalhães & Cia, uma das pioneiras em nosso Estado.

## SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

O sistema bancário nacional é constituído por um conjunto de instituições monetário-financeiras públicas e privadas, que atuam no atacado e varejo, oferecendo crédito para financiamento de projetos e/ou de consumo.

A história bancária brasileira se inicia em



12/10/1808, quando foi publicado o alvará de criação do 1º banco a funcionar no País (Banco do Brasil) que operava com depósitos, descontos, emissão e câmbio. O Banco do Brasil, devido a má gestão e emissão desordenada de notas, seria extinto em 20/12/1829, ficando o País sem banco oficial, portanto sem controle do meio circulante e sem estabilidade de valor da moeda nacional.

Entre 1830 e 1840, surgiram tanto na Corte quanto nas Províncias, vários bancos, sendo os 2 maiores o Banco Comercial e o Banco do Brasil, de propriedade de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, ambos localizados na Corte e que viriam a se fundir em 1853, formando-se o novo Banco do Brasil, com monopólio do Império. Os outros bancos provinciais tinham, em sua maioria, objetivos de concessão de crédito para os setores produtivos, em particular o surto da exportação de café.

A Guerra do Paraguai (1865-1870) ampliaria a demanda econômica brasileira. O Banco do Brasil promoveu emissões de alta monta para financiar as despesas do Império. Em 12/09/1866, pela Lei 1349, o Banco do Brasil deixou de ser emissor, passando tal responsabilidade ao governo, por meio da caixa de amortização.

A Proclamação da República, oriunda de grotesco golpe de Estado (1889), tornaria ainda mais aguda a crise financeira nacional. Pela lei bancária de 1890, posta em prática pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, foram extintas as leis bancárias (antiga regulação) do Império e com adequação ao novo contexto econômico do País, com objetivos de expansão do crédito bancário e criação de recursos suficientes para atendimento às grandes demandas dos cafeicultores (que tinham que prover a remuneração do trabalho assalariado ante o fim da escravidão, adquirir equipamentos, remodelar infraestrutura produtiva, comercial etc.), e ainda da constituição, ampliação e diversificação das demais atividades produtivas do País.

A multiplicação e expansão do setor bancário, advinda da nova legislação (bancária) não se consolidaria pelas seguintes razões: I – Nem o Império nem a República se preocuparam em criar um mercado de trabalho autônomo nem o incremento à burguesia ou outros segmentos produtivos sociais, consumidores e tomadores de crédito; II – O País não dispunha de projetos de urbanização e industrialização, o que impossibilitava a circulação do crédito e da moeda na escala necessária; III – Tínhamos – e ainda conservamos – uma das piores concentrações de renda e riqueza, num sistema sempre controlado por velhas e obsoletas hierarquias. A desarticulação interna fez com que o sistema bancário nacional operasse apenas como intermediário entre as empresas nacionais e o crédito externo, endividando ainda mais o País.

Os cafeicultores paulistas e mineiros passaram a controlar e influenciar o governo da República Velha (1889-1930). Tanta influência política e econômica por parte dessas elites, ante a valorização do café, geraria por parte desses setores a necessidade de expansão do crédito – daí as condições para a criação, instalação de inúmeros bancos à época, em especial em Minas Gerais. (Ver tópico “Algumas Instituições bancárias em Minas Gerais” e nota 6 retro)

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- “Uma revisão da história bancária de Minas Gerais no século XIX” – Marcus Antonio Croce et alii
- “Uma análise histórica dos bancos do sul de Minas (1900-1930) – Andréa Vieira Megda – Varginha, Unifal 2012
- “Crédito e bancos no sul de Minas Gerais: reconstrução da história econômica da região em sua transição para o capitalismo” – Andréa Vieira Megda – Unifal 2016
- “Instituições financeiras de Minas 1819-1995” Claudio de Albuquerque Bastos” Belo Horizonte, BDMG, 1997
- “Bancos em Minas Gerais 1889-1964 – Fernando Nogueira da Costa, Unicamp

## INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COM SEDE EM SÃO TIAGO



(segundo nos foi dado apurar. No cartório de notas de São Tiago nada foi localizado; já no cartório de Bom Sucesso, município do qual São Tiago foi distrito até 1948, não obtivemos sucesso/acessibilidade nos contatos realizados com os responsáveis em razão da pandemia)

- **BANCO RURAL DE SÃO TIAGO** fundado em 1925, com o capital de R\$ 250:000\$000. Não foi localizado seu registro na Junta Comercial

- **CAIXA RURAL DE SÃO TIAGO**, fundada em 1928, tendo como diretor José Campos – provavelmente a incorporadora/sucessora do “Banco Rural” (1925)

- **BANCO POPULAR DE SÃO TIAGO**

Fundado em 06-01-1928 por iniciativa e inspiração de moradores e líderes locais, dentre eles o sr. Francisco Palumbo, Durval Mata, Job Altivo da Mata. Tinha a denominação jurídica-estatutária de “Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Banco Popular de São Tiago”, atuando como diretores Francisco Palumbo e José Augusto da Mata <sup>(1)</sup>

Em sua edição de 31/10/1931, o jornal “O Correio” de São João Del-Rei com o título “São Thiago e seu progresso”, dentre vários itens abordados, faz menção ao Banco Popular: “Graças ao ardor cívico de seu povo honesto e amante do progresso, por índole e educação conseguiu, no curto espaço de seis anos, os seguintes melhoramentos de ordem material e moral: iluminação elétrica, grupo escolar, cinema-teatro, passeio nas ruas e praças principais, novo abastecimento de água, um estabelecimento de crédito – banco popular de São Thiago – que se desenvolve animadoramente, efetuando importantes operações e finalmente a linha telefônica para Bom Sucesso...”

O jornal “O Correio de São João”, de São João Del-Rei, em sua edição de 20/02/1932 informava, por sua vez: “Sob a presidência de Francisco Gonçalves e presentes os senhores Francisco Palumbo (gerente), José Augusto da Mata (contador) e dos conselheiros Yole (sic) Altivo da Mata, Antonio Machado, Joaquim Coelho Junior, Durval Augusto da Mata e outros realizou-se a assembleia geral ordinária do Banco Popular de São Tiago, cujas contas do exercício anterior foram aprovadas” (Pesquisas Prof. Antonio Gaio Sobrinho, a quem, uma vez mais, agradecemos)

Temos em arquivo, datado de 1935, teor de ação intitulada “Concurso de Credores”, promovido pelo Banco Popular, sob os auspícios do advogado Dr. Lellis Silvino, junto à comarca

de Bom Sucesso contra pretensos e simulados concorrentes, credores de terceiros, numa tentativa de burla à assunção de dívidas contraídas ante o mencionado estabelecimento de crédito.

O Banco Popular, vulgarmente conhecido como “Banco do Palumbo” foi liquidado por volta de 1935, vítima, segundo a oralidade, por “calotes” por parte de tomadores de empréstimos, inclusive poderosos fazendeiros e empresários de então, mancomunados com advogados chicaneiros.

- **BANCO AGRICOLA SANTHIAGUENSE**, de São Tiago (mencionado pelo jornal “Estado de Minas Gerais” caderno Municípios, vol. IV, 1931, p. 259 – pesquisador Marcus Antonio Santiago) Estabelecimento bancário do qual não se dispõe de maiores informações.

- **COOPERATIVA DE CRÉDITO CAMPOS DAS VERTENTES** – fundada em 27/08/1986 e instalada em 16/06/1987, originalmente como cooperativa de crédito rural, passando à condição de livre admissão em 2012

A Instituição, com sede à Rua Carlos Pereira, n. 100 em São Tiago, conta hoje cerca de 27.000 associados, com 19 agências na região e ainda em Belo Horizonte, além de agência digital e ativos da ordem R\$ 560 milhões. Instituição cooperativista pioneira na abertura de PA's (agências em outras cidades), remuneração de capital, abertura de agência digital etc.

### NOTAS

(1) José Augusto da Mata (“Zé Mata”) nasceu na Fazenda das Laranjeiras em 29-10-1906 e batizado em São Tiago aos 16-12 do mesmo ano; era filho de Joaquim da Mata Sobrinho (Quinzinho Mata) e de Emília Lina Viana, tendo perdido a mãe muito cedo, falecida em 08-06-1907. Foi criado pelos tios Joaquim Pinto de Barros e Adelaide Balbina da Mata, sendo um de seus herdeiros na Fazenda da Cachoeirinha. Vereador em Bom Sucesso, empossado no ano de 1936, renunciou em 1937, quando se mudou para Belo Horizonte com a família. (Informações do historiador Vinicius Mata, a quem, uma vez mais, muito agradecemos)

## AGENCIAS BANCÁRIAS (DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS) QUE SE INSTALARAM/OPERARAM EM SÃO TIAGO

- **1925 - Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho & Cia Ltda** - O pesquisador Claudio Albuquerque Bastos menciona o Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho & Cia Ltda, fundado em São Sebastião do Paraíso em 1924, como mantenedor de uma agência (sucursal) em São Tiago (1925) ( In “Instituições financeiras de Minas Gerais 1819-1995”, p. 99)

Desconhecem-se as razões da instalação da agência desse ban-

co bem como de suas atividades, em nosso meio, à época (1925), aqui atuando provavelmente por motivos comerciais e de logística daquela instituição bancária. A empresa comercial e agrícola A.C. Pinho, como tantas outras da época, mantinha consideráveis negócios na região, utilizando-se de vendedores ambulantes (“cometas”)

O Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho & Cia Ltda, com sede



em São Sebastião do Paraíso, foi fundado em 1924, tendo o capital de 1:000:000&000 e em 20-06-1927 passou a denominar-se Banco Comercial e Agrícola Soc. Ltda.

Em sua obra “Análise histórica dos bancos do sul de Minas 1900-1930”, p. 6, a pesquisadora Andrea Vieira Megda informa: “Na região do sul de Minas Gerais, o sistema bancário começou a se desenvolver a partir da década de 1910, quando se observa o surgimento de muitos bancos em diversas cidades da região, entre eles (...) Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho (1924)...”

Da mesma forma, Thiago F.R. Gambi afirma que o Banco Comercial e Agrícola A.C. Pinho – São Sebastião do Paraíso – foi fundado em 1924 (“Expansão bancária no sul de Minas em transição 1889-1930” 2002, p. 327)

• **11-04-1946** – inauguração em São Tiago da agência do Banco de Minas Gerais S/A de propriedade da família Vivas Guimarães, tendo como gerente o sr. João Batista dos Reis, sucedido pelo sr. José Orlando Campos. Com o encerramento das atividades da agência local em 1968 (carteira de clientes transferida para a agência de Bom Sucesso e posteriormente para São João Del-Rei) o sr. Cleto Vital Santiago, dos quadros da agência, aqui permaneceu como representante da instituição, atuando como funcionário-correspondente.

A agência do Banco de Minas Gerais S.A. funcionou na Praça Min. Gabriel Passos, em imóvel (prédio de propriedade da sra. Iliádia Campos) e que viria a ser adquirido pelo sr. Francisco Luiz de Oliveira (Chico Luiz) e ainda existente. Parabéns a ilustre, amiga e distintíssima família do sr. Chico Luiz pela magnífica conservação do prédio! Louvores!

• **15-08-1949** – Inauguração da agência do Banco Nacional de Minas Gerais S/A, da família Magalhães Pinto, sendo seu 1º gerente em São Tiago o sr. Luiz Otávio Maldonado de Carvalho (bisneto de Pe. Julio José Ferreira). O sr. Luiz Otávio era casado com a sra. Leopolda Nochi e aqui dirigiu a agência até meados de 1953. Com a transferência do citado gerente, a agência passou a ser gerenciada pelo sr. Joaquim Vivas da Mata (Zizi Mata) até o seu infausto falecimento aos 25-04-1959. Seu substituto foi o sr. Joaquim Marques da Silva Neto, funcionário da agência à época. Foram ainda funcionários da agência, no período de seu funcionamento, os srs. Antonio Lara da Mata, Pedro Coelho Vivas e a partir de 02-03-1960 o sr. Raul Wilson da Mata.

A agência local do Banco Nacional S.A funcionou primeiramente no edifício denominado “Salão Azul” de propriedade do sr. Juca Sabino, situado à Praça Ministro Gabriel Passos (à época denominada Praça Benedito Valadares) e posteriormente à Av. Cel. Benjamim Guimarães, esquina com a Av. Dr. Augusto Viegas, em prédio de propriedade do sr. Luiz Caputo (imóvel hoje pertencente aos herdeiros do sr. Percyval Campos).

O Banco Nacional S.A encerraria suas atividades em São Tiago aos 01-06-1964.

O jornal local “Cidadania” informava (em seu ano 1, n. 2, p.8) que o casarão que pertenceu ao sr. Luiz Caputo e que funcionou como hotel, parte dele foi “alugado para funcionar a primeira agência bancária de São Tiago do Banco Nacional, cujo gerente foi o ilustre Zizi Mata. Com a morte dele, assumiu a gerência o Joaquim Marques que começou como office-boy, galgou todos os principais

cargos dentro do banco e acabou sendo transferido para Belo Horizonte, onde ocupou um alto cargo até a sua aposentadoria”. Fica o registro (pesquisador Marcus A. Santiago).

Banco da Lavoura S.A - Há informações de que o Banco da Lavoura teve aqui como seu gerente-correspondente (entre o final da década de 1940 e inícios da década de 1950) a srta. Inácia Campos, que, igualmente seria, posteriormente, funcionária da agência local do Banco Financeiro da Produção



Sr. Joaquim Vivas da Mata (Zizi Mata) 2º gerente do Banco Nacional em São Tiago



Sr. Luiz Otávio Maldonado de Carvalho 1º gerente do Banco Nacional em São Tiago

• **1954** - Inauguração da agência do Banco Financeiro da Produção, de propriedade do célebre magnata Antonio Luciano Pereira. A agência funcionava na Praça Min. Gabriel Passos esquina com Rua Dona Teófila Navarro (imóvel hoje de propriedade do Dr. Messias Pinto de Oliveira) Gerente: o sr. José Geraldo da Silva (José Sales) e como auxiliar a srta. Inácia Campos Ver matéria em nosso boletim nº CXLIV - set/2019.



Sr. José Geraldo da Silva (José Sales) – gerente da agência do Banco Financeiro da Produção em São Tiago

• **Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO.** Agência inaugurada aos 16-06-1975, encerrando suas atividades no dia 09-10-1987. Reabriria suas operações bancárias na cidade em 2014, desde então, atuando na área de negócios.

• **BANCO DO BRASIL S/A** - Agência inaugurada em São Tiago aos 13-12-1982, funcionando ininterruptamente até os dias atuais, com relevantes serviços prestados à comunidade, mantendo, ainda, a rede postal (Correios)

• **Caixa Econômica Estadual** – Augusto Viegas em sua obra Notícia Histórica do Município de São Tiago” informa que na gestão do prefeito sr. Raul Wilson da Mata (1967-1971) ele “construiu prédios para a Caixa Econômica do Estado, para a ACAR, para o almoxarifado...” Embora a informação do ilustre historiador, não há registros de funcionamento/operacionalização da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minas Caixa) entre nós, estabelecimento que, aliás, seria liquidado pelo Banco Central em 1993.



## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos srs. Dr. Elson Rocha Justino, DD. Diretor Superintendente do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS; ao historiador Marcus Antonio Santiago; ao sr. Raul Wilson da Mata, DD. Ex-prefeito municipal, ex-professor e grande liderança de nosso município; ao Dr. Fernando Alcici, médico, trineto de Pe. Júlio Ferreira e nosso amigo e colaborador; ao historiador Vinícius Mata.



## CURIOSIDADE:

encontramos na “caderneta de anotações” de nosso avô materno, Major Marcos de Oliveira Braga a seguinte nota:

14 de abril de 1930 – recebi do banco em São Tiago – R\$ 227:150 (decerto no Banco Popular, o único estabelecimento bancário existente e operativo em São Tiago à época).



# A SENTINELA

Arauto das Aspirações Santiaguenses

Diretor — Walter de Oliveira

ANO I

São Tiago (Minas), 2.<sup>a</sup> Quinzena de Fevereiro de 1954

Número 7

## “PRAZO FIXO”

Há um fenômeno muito interessante e que necessário se torna analisá-lo.

É comum ouvir-se queixas contra a “Centralização” e de que o Governo só olha as Capitais ou os “Grandes Centros”.

Existe, de fato, alguma verdade nessas afirmações, porém, nem tudo é exato. Vamos analisar, mui rapidamente, o que a nosso vêr concorre de maneira decisiva para a existência do presente estado de coisas:

— Em todos os lugarejos, vilas ou cidades do interior, existem “Correspondentes”, “Escritórios” ou “Agências” de Bancos sediados nos Capitais. Para êsses “Departamentos” são encaminhadas as economias de toda a região por êles controlada. São os chamados “Departamentos de Depósitos” na gíria bancária.

Esse “Departamentos” agem como verdadeiros drenos, coletando pequenas parcelas que são canalizadas para as suas Matrizes, onde recebem o destino mais conveniente aos interesses do estabelecimento.

Este é, à “grosso modo”, o mecanismo do movimento do dinheiro em nosso país.

Por mais de uma vez tivemos ocasião de esclarecer a patricios nossos sôbre a impossibilidade material de reterem, os Bancos, em cofre, as importâncias que lhes são confiadas, visto como o dinheiro é a mercadoria dessas instituições.

É claro que, nos grandes centros, esta mercadoria — dinheiro — tem maior procura, valorização mais acentuada e rápida, resultando daí a maior inversão da mesma nos moldes até aqui seguidos pelas Direções de nossas instituições de crédito.

Não é difícil, pois, compreender-se o exagerado desnível de progresso que se nota na comparação entre as avançadas fulminantes dos grandes centros e o lento processo evolutivo das pequenas localidades.

\* O homem do campo trabalha duro, luta contra a carência de tudo que se compreende como conforto e recursos modernos, para provêr as suas necessidades e, à custa de ingentes sacrifícios, economizar uma pequena parcela. O destino quase certo dessa pequena economia é a sua imobilização em conta a “Prazo Fixo” na Agência do Banco que serve à sede do seu município ou distrito.

Como já dissemos, e nunca é demais repetir, essa importância é encaminhada à Matriz do Estabelecimento e aí então ela será aplicada, sem dúvida, onde maior e mais rápido proveito trará aos interesses do Banco e que não poderá deixar de ser “um grande centro”.

Diante do exposto compreende-se, com facilidade, que essa é uma das causas a que se deve creditar o maior desenvolvimento das grandes cidades.

É, pois, conveniente que o homem do campo, sem cair no êrro de não manter uma reserva para as suas horas de aperturas, procure aplicar uma parte de suas economias em realizações proveitosas para a sua região, visto como essa atitude lhe trará o fastígio, do progresso e a valorização imediata daquilo que mais de perto lhe diz respeito.

N.R. A existência de considerável nº de unidades bancárias em uma cidade não era sinal ou motivação de desenvolvimento. Pouco aplicavam na atividade produtiva. Tornavam-se na verdade “aspiradores” ou mesmo “sugadores” da pequena poupança local. Todo recurso era captado através de cadernetas de aplicações em prazo fixo, dali levado para os grandes centros, empobrecendo ou esgotando a economia comunitária. A obsessão em reunir qualquer forma de capital — venda de gado, safra etc. e aplicar no “prazo fixo”.

Algumas dessas agências de bancos comerciais fechavam as portas do dia para a noite deixando as cidades sem assistência financeira e no ostracismo.

Muitos bancos utilizavam a estratégia de abrir agências pelas pequenas cidades, as chamadas licenças “patentes”, funcionando por pouco tempo e assim escamoteando a legislação, depois transferindo-as para os grandes centros, aí com resultados obviamente mais rentáveis.



FOTO:INTERNET (AUTORES DESCONHECIDOS)



## O copo americano é nosso

O “copo oficial” do brasileiro é criação de um são-joanense

Em 1947, a Nadir Figueiredo criou um produto que se tornaria o símbolo do país. O “copo americano” como foi chamado, é na verdade, completamente brasileiro. Foi idealizado para ser o utensílio multiuso do Brasil, pensado para o nosso mercado, difícil de quebrar, barato e com um design chanfrado que lhe dava mais firmeza.

Nadir Dias de Figueiredo nasceu em São João del-Rei em 1891 e em 1912 fundou, junto com o seu irmão Morvan Dias de Figueiredo, a tradicional fabricante de utensílios de vidro. Nos anos 40, decidiu revolucionar e desenvolver um copo que atendesse à todas as necessidades do povo brasileiro. E funcionou.

É fato que hoje em dia não há um bar, padaria, restaurante ou lanchonete que não use esse tipo de copo. Ele já virou medida oficial para a “média” das manhãs e foi eleito como o melhor lugar para se tomar cerveja no Brasil. Presente na grande maioria das casas, ele é a medida fundamental para receitas diversas. Quando a indicação pede “um copo de farinha”, ela está se referindo ao copo americano.

Em 2019, o clássico nacional vai completar 72 anos de idade. Sua capacidade oficial é de 190 mililitros, mas a Nadir Figueiredo já produz outros tamanhos do ícone. No site da empresa, além do tradicional, encontramos copos americanos de 40 mililitros, de 300 e até de 450 mililitros, bom pra quem gosta de doses generosas de cerveja, mas não abre mão do formato confortável do copo. Ele é tão queridinho pelos consumidores, que em 2010 atingiu a marca de 6 milhões de unidades vendidas e continua sendo o mais vendido do portfólio.

Mas de onde vem o nome “Copo Americano”? Isso aconteceu, pois quando o próprio Nadir Figueiredo concebeu o desenho e, incentivando à indústria no país na década de 1940, trouxe para cá um mecanismo novo, importado dos EUA – e é daí que nasce o nome que popularizou o copo do são-joanense. Atualmente, o maquinário utilizado para a fabricação já é brasileiro.

O item é praticamente um ícone pop e já representou o país em vários lugares do mundo. Em 2009, foi exposto no Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York, entre outros 70 produtos que representavam o estilo de vida dos brasileiros. Desde sua criação, foram fabricados mais de 6 bilhões de copos americanos. A produção é quase toda destinada ao mercado nacional, mas também já foi exportado para países da América do Sul, da Europa e da África. O produto chegou até ao mercado do Japão, em que é possível encontrar o copo lagoinha, como também é conhecido, na Muji, loja conceitual japonesa.

Por isso, inconscientemente, quando a cerveja é servida em outro copo é meio frustrante para nós, pois o copo é reconhecido em qualquer lugar do planeta. Acima de tudo o copo lagoinha, ou americano, é um item que simboliza a nossa cultura e é criação de um mineiro.

(Nossos agradecimentos ao Dr. Tarcísio de Oliveira pelo encaminhamento do material supra)

Publicado em: 20/06/2019

Texto: João Pedro Sacramento

Foto: internet (autores desconhecidos)



# GRAFOLOGIA ★ O QUE NOS REVELAM AS ASSINATURAS

Ao recebermos a carta de um desconhecido, desçamos desde logo à assinatura. Por pequenas que sejam as nossas qualidades de observação grafológica não será muito difícil sabermos com quem teremos de tratar. A assinatura é um retrato caligráfico. A nossa escrita — tal como os nossos gestos — é não somente a representação dos nossos pensamentos como a expressão e imagem do nosso carácter.

## A ASSINATURA

Aos olhos do grafólogo, a assinatura é um testemunho de valor fundamental. Para se proceder a uma análise grafológica séria, torna-se indispensável a assinatura, que resume e sintetiza o escritor; o indivíduo está todo inteiro nela, que condensa a personalidade real de cada um; e a rubrica, producto espontâneo de um movimento cerebral, revela as paixões ou as qualidades dominantes que dirigem toda a nossa vida.

É, pois, capital a importância da assinatura. Mas quão difícil e delicado se torna afirmar de modo absoluto que uma assinatura é boa ou má! Ela é às vezes tão curta, e o restante da escrita pode modificar o seu sentido.

De uma maneira geral, quando a assinatura é diferente do texto da carta é que há duas personalidades no seu autor: aquela que se conhece pelos seus actos (*escrita*) e aquela que ele realmente é ou quer parecer (*assinatura*): por exemplo, uma escrita legível e cuidada com uma assinatura ilegível e rápida (fig. 1).

É a assinatura que marca a verdadeira personalidade; quando ela se apresenta nítida, legível e firme como na Fig. 2, é a franqueza absoluta. Se,

ao contrário, é informe, ilegível e mole (fig. 3), contém desconfiar do indivíduo.

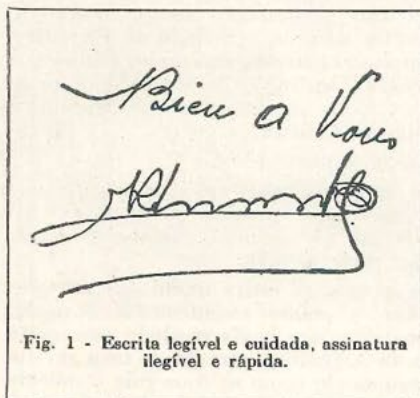


Fig. 1 - Escrita legível e cuidada, assinatura ilegível e rápida.

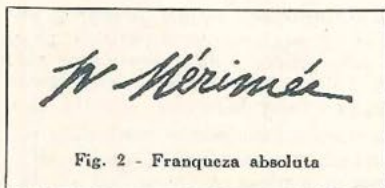


Fig. 2 - Franqueza absoluta

Se as iniciais da assinatura são enormes, desproporcionadas e vulgares, como na fig. 4 temos a vaidade e a fatuidade do homem, que se atribue uma importância exagerada.

Atentemos bem, entretanto, neste axioma grafológico: quanto mais flácido é o traço menor será a força de

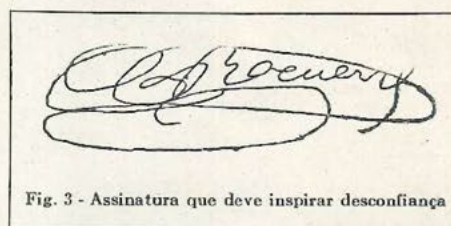


Fig. 3 - Assinatura que deve inspirar desconfiança

carácter, por conseguinte só a assinatura nítida, firme e muito legível indica a perfeita franqueza e lealdade.

## AS RUBRICAS E AS ALÇAS

O homem simples e franco muito raramente tem uma rubrica complicada (fig. 5); com ele nada de palavras vãs, somente cousas nítidas e precisas; ele vai direito ao fim. Às vezes vai com muita rapidez: é o

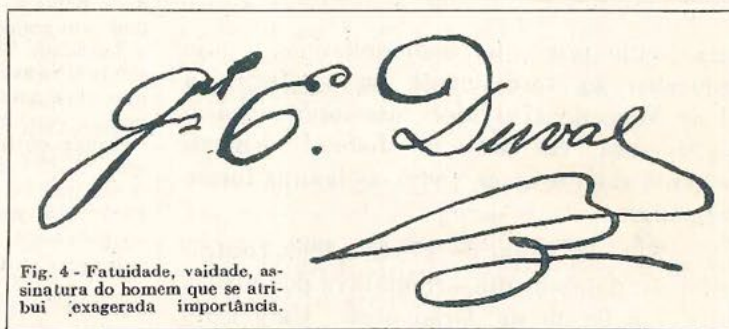


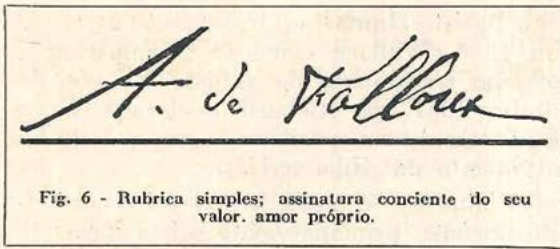
Fig. 4 - Fatuidade, vaidade, assinatura do homem que se atribui exagerada importância.

homem de decisões subitas. Neste caso a rubrica é um traço seco, recto, curto, que termina em igual grossura (fig. 5). Quanto mais a rubrica simples sublinha o nome (fig. 6) tanto mais consciente do seu valor intelectual ou físico é a pessoa, tanto maior é o seu sentimento de amor próprio.

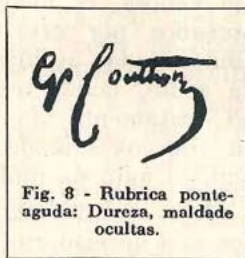


Fig. 5 - Assinatura de homem simples e franco.

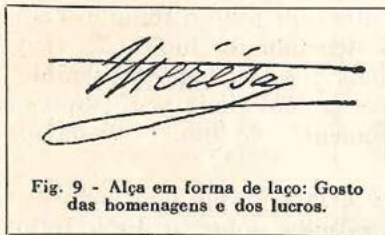




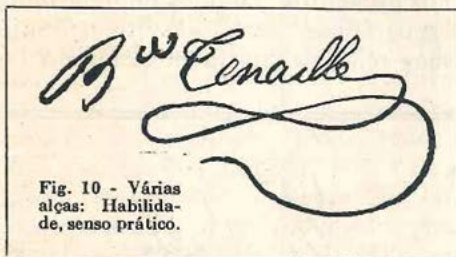
Tanto mais é a rubrica vertical, tanto maior é a independência de carácter do indivíduo, menos acessível será ele à lisonja.



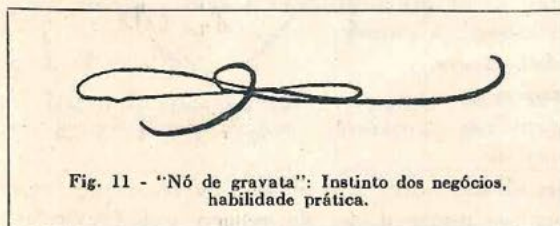
Uma rubrica, seja qual for, terminada em ponta acentuada (fig. 8) denota um fundo de dureza ou maldade, muita vez oculto por maneiras amáveis; o seu autor nem sempre será de trato agradável e seguro.



Contemple-se a alça que acompanha a assinatura da fig. 9, rubrica essencialmente feminina de graça e habilidade, movimento do laço que apanha as homenagens ou os benefícios, às vezes ambas as cousas ao mesmo tempo.

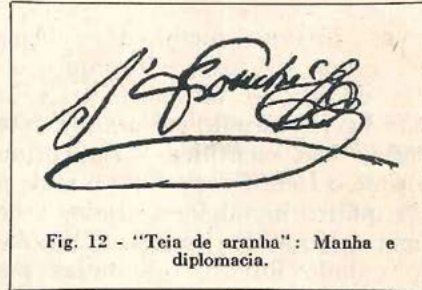


Varias alças (fig. 10) acentuam a habilidade e o senso prático.



Eis o nó de gravata, tão frequente na classe média (fig. 11), a indicar os instintos comerciais, a inteligência dos negócios, a capacidade prática.

A rubrica complicada de entrelaçamentos múltiplos (fig. 12) é frequente no homem de negócios hábil e esperto ou no diplomata astuto que saberá prender-vos e emaranhar como uma teia de aranha. Com uma pessoa de rubrica complicada, a discussão será cerrada, os interesses debatidos acerbamente, nem sempre honestamente.



Se essa rubrica é acompanhada de uma escrita e assinatura bem firmes e legíveis (fig. 13), o indivíduo, tão dissimulado como franco, procurará evidentemente



ganhar e ter a última palavra, mas uma vez assentada e assinada a cousa, não haverá mais surpresas.

Se, ao contrário, a assinatura é mole, frouxa, ilegível (fig. 14), então deverá ser total a nossa desconfiança, pois teremos que lidar com um carácter inconsistente, pouco escrupuloso, de maneiras melífluas, de palavras amáveis, alguém enfim que para vencer não recua diante de nada. Se a rubrica entrelaçada é cortada por um traço mais ou menos vertical (fig. 15) os instintos cúpidos e rapaces são ainda



cada é cortada por um traço mais ou menos vertical (fig. 15) os instintos cúpidos e rapaces são ainda



# BASILIO DA GAMA

**- Um ilustre - e esquecido - filho da região**

## **280 ANOS DE SEU NASCIMENTO**

José Basílio da Gama nasceu aos 08-04-1741 em São José do Rio das Mortes (hoje Tiradentes) e faleceu em Lisboa aos 31-07-1795. Escritor arcadista de grande renome, patrono da cadeira nº 4 da Academia Brasileira de Letras.

Jovem ainda, foi para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio dos Jesuítas; na condição de noviço, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, exilou-se na Itália, onde se filiou à Arcádia Romana, sob o pseudônimo de Termino Sipilio. Dirigindo-se a Portugal, viria a ser preso em Lisboa, sob a acusação de jesuitismo e condenado ao degredo em Angola; conseguiria se

livrar da condenação, ao escrever um poema para as bodas nupciais (epitalâmio) dedicado à D<sup>a</sup> Maria Amália, filha do Marquês de Pombal. Publica ainda o poema épico “O Uruguai”, criticando os jesuítas e defendendo a política do Marquês de Pombal, sendo nomeado oficial da Secretaria do Reino.

O poema “O Uruguai” narra a luta dos portugueses contra os índios das Missões, instigados por jesuítas espanhóis, que se recusavam a sair de suas terras, dando-se início ao conflito conhecido como a “guerra guaranítica” (1754-1756) Pelo Tratado de Madrid de 1750, a missão dos Sete Povos passaria aos portugueses, enquanto que a Colônia do Sacramento passaria do domínio espanhol.

Enredo – O poema “O Uruguai”, uma das principais obras do Arcadismo (NeoClas-sicismo) brasileiro. Poema, segundo os críticos literários, de boa qualidade, expressivo, ágil, versos em decassílabos brancos (heroicos e sáficos em movimentos oscilatórios), sem divisão de estrofes, distribuídos em apenas cinco cantos (proposição, invocação, dedicatória, narração, epílogo), estilo e estrutura mais lírico-narrativos que propriamente épico. Foge da estrutura camoniana, não se utiliza de mitologia (e sim de personagens vivos da história brasileira) adotando o maravilhoso, o exótico e o primitivismo indígenas – o índio como tema literário, sendo assim um precursor do romantismo; exaltação à natureza, ao “bom selvagem” com direcionamento para o paisagismo romântico.





# Poema épico O URAGUAI

Em 1769, Basílio da Gama publicou sua obra-prima, O Uruguai, em que critica os jesuítas e defende a política pombalina.

O assunto histórico é a expedição luso-espanhola, chefiada por Gomes Freire de Andrade, contra as missões jesuítas no Rio Grande do Sul, em 1756, com o objetivo de assegurar as normas impostas pelo Tratado de Madri: as missões dos Sete Povos do Uruguai passariam para os domínios portugueses na América e a Colônia de Sacramento para a Espanha.

Quanto à forma, o poema épico O Uruguai foge do modelo camonian, tão apreciado pelos poetas neoclássicos. Ele possui cinco cantos e foi escrito em decassílabos brancos (sem rima) e sem estrofação.

O propósito do poema é o de exaltar o antijesuísmo do Marquês de Pombal. Para tanto, as figuras dos jesuítas, sobretudo a do padre Balda, compõem o quadro dos vilões da obra.

Destacam-se como heróis dessa epopeia o capitão Gomes Freire de Andrade, os índios Cepê, Cacambo, Tatu-Guaçu, a heroína Lindóia e o jesuíta, caricaturado, padre Balda.

Por abordar um tema indígena e ter como cenário a floresta, alguns estudiosos consideram a obra de Basílio da Gama como precursora do indianismo romântico.

## RESUMO

O Uruguai conta a história do comandante português (Gomes Freire Andrada) contra a tirania de um padre (Balda) que, além de matar Cacambo, deseja casar seu filho (Baldeta) com a índia Lindóia.

Com o massacre dos índios pelas tropas luso-espanholas, a culpa recai sobre os jesuítas, pois eles teriam instigado os nativos a não aceitarem as determinações do Tratado de Madri (o qual propunha uma troca de terras no sul do país entre espanhóis e portugueses) e se lançarem a uma luta desigual.

Dividido em cinco cantos sem divisão em estrofes, escrito em versos decassílabos sem rima, o poema épico distancia-se da forma proposta por Camões, influência clássica do Arcadismo. Os cantos apresentam a seguinte ordenação:

**Canto I:** as tropas reúnem-se para combater os indígenas e jesuítas.

**Canto II:** ocorre a tentativa de negociação entre o exército e os chefes indígenas Sepê (ou Cepê, na versão original do poema) e Cacambo. Como não há acordo, acontece a luta, da qual saem vitoriosas as tropas, seguida pela retirada dos indígenas.

## O URAGUAY P O E M A

DE  
 JOSÉ BASILIO DA GAMA  
 NA ARCADIA DE ROMA  
 TERMINDO SIPILIO  
 DEDICADO  
 AO ILL.<sup>MO</sup> E EXC.<sup>MO</sup> SENHOR  
 FRANCISCO XAVIER  
 DE MENDONÇA FURTADO  
 SECRETARIO DE ESTADO  
 DE  
 S. Magestade FIDELISSIMA  
 Et. Et. Et.



LISBOA  
 NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA  
 ANNO MDCCCLXIX  
 Com Licença da Real Mesa Confeita.

Imagem da primeira edição de O Uruguai, de Basílio da Gama

**Canto III:** o maléfico padre Balda mata Cacambo com a intenção de fazer seu filho sacrílego Baldeta casar-se com Lindóia, esposa de Cacambo. Dessa forma, o filho de Balda ocuparia a posição de chefe indígena.

**Canto IV:** são narrados os preparativos do casamento de Lindóia e Baldeta. Como a indígena, sofrendo por ter perdido o marido, não quer se casar, foge para um bosque, deixa-se picar por uma cobra e morre. Enquanto isso, os brancos chegam à aldeia, e os indígenas fogem.

**Canto V:** Gomes Freire de Andrade consegue prender seus inimigos em uma aldeia próxima. Nesse momento, são feitas referências aos crimes da Companhia de Jesus.

Por: Paulo Magno da Costa Torres

## O Uruguai

Por Felipe Araújo

O Uruguai é uma obra de Basílio da Gama, poeta brasileiro. O livro é considerado um poema épico de 1769 que tinha o objetivo de exaltar a política do Marquês de Pombal contra os jesuítas. Utilizando a Guerra Guaranítica como tema histórico, Basílio da Gama coloca a culpa do massacre indígena nos jesuítas.

Os personagens criados por Basílio da Gama são: Tanajura (feiticeira índia), Cacambo (chefe da tribo), Lindóia (mulher de Cacambo), Caitutu (guerreiro índio e irmão de Lindóia), Balda (padre jesuíta que administra a aldeia), Cepê (índio guerreiro) e General Gomes Freire de Andrade (chefe das tropas de Portugal). Escrito em decassílabos brancos, O Uruguai não apresenta divisões entre as estrofes, o que indica as quebras são: o epílogo, a narrativa, a dedicatória, a invocação e a proposição. A base para a criação do enredo é a mitologia dos índios.

A história se passa em um povoado onde os nativos foram catequizados por Balda, um padre da Espanha. Neste local, vivem Cacambo, que simboliza a coragem, e Lindóia, ícone da delicadeza. Os dois formam um casal. Balda é representado como um religioso pérfido que engravida uma nativa, que dá a luz a Baldeta, personagem visto por todos como má pessoa. Com o objetivo de tornar a situação do filho um pouco mais

amena na aldeia, o padre Balda casa Baldeta com Lindóia.

Então, o religioso manda Cacambo para missões onde o índio corre risco de vida, mas o guerreiro sempre retornar são, frustrando os planos do padre. Em uma destas ocasiões, Cacambo acaba sendo capturado pelos homens do General Gomes Freire, que acabam descobrindo que o verdadeiro vilão é o padre jesuíta e deixam que o nativo volte para alertar a aldeia sobre os perigos dos jesuítas.

Em seu retorno, o povoado mostra-se alegre e ele começa a tentar desmascarar os jesuítas. Porém, Balda mata Cacambo por envenenamento. Lindóia demora a acreditar que seu homem está morto, mas, depois se convence de que foi o padre que o matou. Então aceita casar com Baldeta. No dia do casamento, a mulher se mata, deixando que uma cobra peçonhenta lhe pique.

Nos versos abaixo a descrição da morte de Lindóia é apresentada de forma fantasiosa e bucólica, características típicas do Arcadismo (1768-1836).

*“Descobrem que se enrola no seu corpo  
 Verde serpente, e lhe passeia, e cinge  
 Pescoço e braços, e lhe lambe o seio.  
 Fogem de a ver assim sobressaltados,  
 E param cheios de temor ao longe;  
 E nem se atrevem a chamá-la, e temem  
 Que desperte assustada, e irrite o monstro”.*

# Resende Costa, oficialmente a capital mineira do artesanato têxtil

*O título foi concedido ao município no último dia 06 de janeiro, após o governador Romeu Zema sancionar a lei estadual 23.770/2021, de autoria do deputado estadual Cristiano Silveira.*

*Economia*

*José Venâncio de Resende 21/01/20210*

O título oficial de Capital Mineira do Artesanato Têxtil (lei estadual 23.770 de 6/1/2021) e o selo de procedência em fase de implantação serão duas ferramentas fundamentais na busca pelo fortalecimento e pelo reconhecimento da atividade têxtil de Resende Costa. A análise é de Luís Cláudio dos Reis, empreendedor e agente de desenvolvimento e cooperativismo. “Afirmar a identidade, valorização econômica e maior expansão da principal atividade comercial do município.”

“O título certamente irá fortalecer ainda mais a nossa identidade de cidade do artesanato”, reforça André Eustáquio Melo de Oliveira, secretário municipal de Turismo, Artesanato e Cultura (SETAC). “Resende Costa já é referência em Minas, e por que não dizer no Brasil, pelo artesanato em retalhos produzido aqui. Tapetes e colchas tecidos pelas mãos habilidosas e criativas dos nossos artesãos já foram temas de inúmeras reportagens na imprensa, inspiraram temas de estudos acadêmicos e até apareceram em cenários de novelas e minisséries da TV. Evidente que essa exposição do nosso artesanato torna Resende Costa ainda mais conhecida no país e procurada por turistas.”

Luís Cláudio defende que esta conquista permita, “a médio prazo, um trabalho de exploração de mídia mais regional e um projeto maior, com foco no público nacional e quem sabe até internacional”. Já os componentes da cadeia de produção, a começar pelos artesãos, podem beneficiar-se de diferentes formas, acrescenta: “Primeiro passo é entender e assimilar a importância desse título. O primeiro benefício é a autoestima (agregar valor sentimental) e, em um segundo momento, agregar valor também financeiro. Será um grande trunfo para o marketing da cidade.”

De fato, o título reconhece a vocação e o talento dos artesãos resende-costenses e confirma que essa bela e genuína cidade mineira é, sim, o recanto do artesanato e destino certo de quem deseja conhecer as belezas do município e a arte tecida por mãos criativas e talentosas, completa André. “Esse título é uma grande conquista que precisa ser celebrada. Porém, acima de tudo, deve servir de incentivo e de inspiração para todos nós resende-costenses, a fim de valorizarmos as nossas tradições, o nosso patrimônio (material e imaterial) cultural e a nossa identidade. Mais ainda, irá valorizar o trabalho fantástico dos nossos artesãos e lojistas que, incansavelmente, fazem de Resende Costa referência para o turismo e para a cultura na região do Campo das Vertentes.”

O tear e a Inconfidência

O tear manual faz parte da história de Resende Costa desde o Brasil-Colônia, e inclusive se tornou patrimônio imaterial do município. Nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, há um



*A capital mineira na arte de tecer*

FOTO: ASSETURC

tear entre os bens sequestrados da fazenda do Padre Toledo, no antigo Arraial da Laje, de acordo com o pesquisador João Pinto Furtado, em “O Manto de Penélope”.

O tear tinha seu uso proibido pela Coroa Portuguesa, porque todos os tecidos tinham que ser importados da Inglaterra. “Curiosamente, o tear se tornou amplamente utilizado na localidade e atualmente é a principal fonte de renda do município de Resende Costa, empregando centenas de pessoas”, diz Claudir Carvalho, em “Padre Toledo e a Inconfidência Mineira” (18.02.2019, Villa Alferes Pousada).

A arte de tecer é passada de geração em geração, sendo parte da identidade do povo resende-costense. Estima-se que a cidade possua cerca de 80 lojas especializadas no comércio de peças têxteis criadas a partir do retalho e tecidas em tear manual. Aproximadamente 70% da população do município vive direta ou indiretamente do comércio e/ou da produção de artesanato.

De acordo com dados de 2015, o setor de artesanato movimenta cerca de R\$6 milhões/ano no município. “Quero destacar a importância desse título para o setor econômico do nosso município. Sendo o artesanato um dos maiores vetores que impulsionam o comércio e a economia de Resende Costa, o título agregará ainda mais valor e visibilidade ao nosso maior produto, ou seja, à vitrine que divulga Resende Costa ao país, ao mundo”, conclui André.

Os produtos criados em Resende Costa são nacionalmente conhecidos e atraem ao município, durante todo o ano, turistas de diversos estados do Brasil, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Com informações da Prefeitura Municipal



## 1) A CERTEZA E A DÚVIDA

Buda estava reunido com seus discípulos certa manhã, quando um homem se aproximou:

- Existe Deus? – perguntou.
- Existe – respondeu Buda.

Depois do almoço, aproximou-se outro homem.

- Existe Deus? – quis saber.
- Não, não existe – disse Buda.

No final da tarde, um terceiro homem fez a mesma pergunta:

- Existe Deus?
- Você terá que decidir – respondeu Buda.

Assim que o homem foi embora, um discípulo comentou, revoltado:

– Mestre, que absurdo! Como o Senhor dá respostas diferentes para a mesma pergunta?

– Porque são pessoas diferentes, e cada uma chegará a Deus por seu próprio caminho. O primeiro acreditará em minha palavra. O segundo fará tudo para provar que eu estou errado. E o terceiro só acredita naquilo que é capaz de escolher por si mesmo.

## 2) O APERFEIÇOAMENTO PESSOAL

Um praticante certa vez perguntou a um mestre Zen, que ele considerava muito sábio:

– Quais são os tipos de pessoas que necessitam de aperfeiçoamento pessoal?

– Pessoas como eu – Comentou o mestre. O praticante ficou algo espantado:

– Um mestre como o senhor precisa de aperfeiçoamento?

– O aperfeiçoamento, – respondeu o sábio, – nada mais é do que vestir-se, ou alimentar-se...

– Mas, – replicou o praticante, – fazemos isso sempre! Imaginava que o aperfeiçoamento significasse algo mais profundo para um mestre.

– O que achas que faço todos os dias? – retrucou o mestre – A cada dia, buscando o aperfeiçoamento, faço com cuidado e honestidade os atos comuns do cotidiano. Nada é mais profundo do que isso.

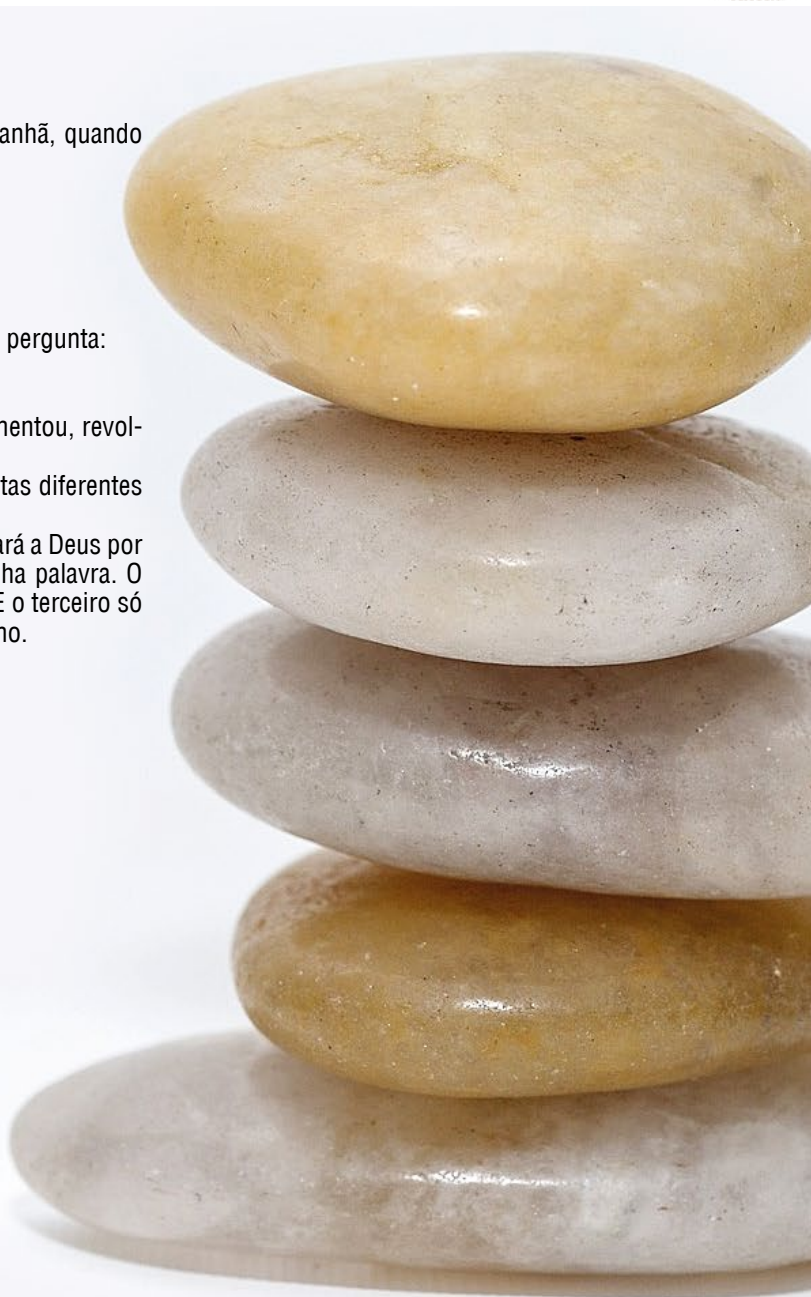
## 3) A FALSA PRISÃO

Em um mosteiro Zen, um monge novato estava agindo de forma rebelde às normas do local, causando um certo tumulto. O mestre, percebendo o desconforto da comunidade dos monges, resolveu chamar a atenção do monge rebelde determinando-lhe que ficasse num alojamento a parte para que refletisse sobre a sua conduta. Contrariado, mas obediente, o monge aceitou a ordem e foi levado ao tal alojamento.

Passaram-se algumas semanas e o monge ainda estava no mesmo aposento, onde lhe levavam diariamente comida e água que eram deixadas em uma abertura da porta. Todo esse tempo de enclausuramento fez com que chegasse à conclusão que havia de fato passado dos limites com aquela atitude de rebeldia. Estava realmente arrependido.

O tempo passava e já fazia alguns meses que o monge estava lá, quando começou a se inquietar e pensou, indignado: “Sei que abusei da minha liberdade, mas não acho que minha atitude tenha sido tão grave ao ponto de ficar tantos meses trancafiado nesta prisão. Agora quem passou dos limites foram eles. Não vou mais aceitar tamanho absurdo. Vou sair daqui imediatamente, nem que eu tenha que arrebentar esta porta.”

Neste momento, o monge se aproxima da porta e, numa atitude enraivecida, tenta forçar a tranca da porta para arrombá-la logo em seguida. Ao fazer isso, a porta se abre sem qualquer esforço de sua parte. Espantado, o monge nota que a porta estava aberta durante todo o tempo em que permanecera ali!



# Desabamento do Palácio das Exposições, no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte- MG

*Desabamento ocorrido em 1971 ajudou a melhorar práticas em canteiros de obras e a aprimorar normas técnicas voltadas à construção civil*

**Por: Altair Santos**

Em 4 de fevereiro de 1971, o Brasil viveu aquela que é considerada a maior tragédia da construção civil nacional: o desabamento do Palácio das Exposições, no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte- MG. A obra, que pretendia ser um amplo espaço com 7.820 m<sup>2</sup>, ruiu quando começaram a ser retiradas as escoras que sustentavam as lajes. Ao todo, 119 operários ficaram soterrados e 69 morreram.



*Desabamento do pavilhão da Gameleira, em Belo Horizonte: colapso das lajes causou 69 mortes*

As conclusões técnicas sobre o colapso da estrutura é que o concreto não atingiu o tempo de cura necessário para que o escoramento pudesse ser retirado e que a resistência não seguiu os parâmetros definidos pelo engenheiro-calculista. Também aconteceram falhas no processo de desmontagem das escoras. É o que consta nos laudos periciais usados pela Justiça de Minas Gerais para emitir a sentença em 2006 – 35 anos depois do acidente.

Dizem os documentos sobre a retirada do escoramento: “O método utilizado, embora não tenha causado a ruptura, impediu que se avaliasse

previamente o desempenho da estrutura, permitindo que o desabamento ocorresse de maneira imprevista”.

Outra falha é que a obra, que começou em 15 de junho de 1969, até o dia da tragédia não tinha um engenheiro responsável. “A suntuosidade do empreendimento exigia que as decisões fossem concentradas em um profissional ou um grupo de profissionais dotados de grande capacitação técnica. Contudo, não havia um norte a seguir, desempenhando cada um dos réus suas atribuições como se fossem partes isoladas do conjunto da obra”, denuncia o laudo.

## TRAGÉDIA INFLUENCIA NORMAS E CÓDIGO PENAL

Os projetos arquitetônicos e estruturais eram de Oscar Niemeyer, que na época encontrava-se exilado e não podia acompanhar a obra, e do engenheiro Joaquim Cardozo, que se retirou da profissão após a tragédia. Ambos não foram arrolados no processo, pois a perícia detectou que os projetos estavam corretos. O que houve foi erro na execução. Por isso, a Justiça condenou o Estado de Minas Gerais, a construtora Serviços Gerais de Engenharia S.A. (Sergen) e o Departamento de Obras Públicas (Deop) – organismo responsável pela fiscalização.

Mesmo com os problemas detectados, a tragédia poderia ter sido evitada. Quinze dias antes do desabamento, relatos afirmam que as estruturas estalavam e que houve um afundamento de até 50 centímetros em algumas áreas do piso. Os depoimentos estão no livro do jornalista Roberto Amaral, que em 2014 lançou o “A Sombra da Gameleira”. “Era possível ter evitado a tragédia, porque vários sinais foram dados”, diz pesquisador.

A partir do acidente que trouxe abaixo 10 mil toneladas de concreto, a engenharia nacional decidiu rever conceitos e tirou lições importantes da tragédia, como uma normalização mais rigorosa quanto aos procedimentos envolvendo o concreto para grandes estruturas. A norma para lajes nervuradas foi uma delas. A NB-01, conhecida como a norma-mãe do concreto e hoje identificada como ABNT NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento. A tragédia influenciou também para mudanças nos artigos 250 a 284, do Código Penal, e que tratam das responsabilidades sobre desabamento e desmoronamento.

### Entrevistado

Tribunal de Justiça de Minas Gerais (consulta aos autos do processo, via assessoria de imprensa)

Contato

[imprensa@tjmg.jus.br](mailto:imprensa@tjmg.jus.br)

Crédito Foto: Reprodução/Arquivo Público  
Jornalista responsável: Altair Santos MTB 2330

# Governo quer comida mineira como patrimônio da humanidade

BELO HORIZONTE – A gastronomia de Minas Gerais, por sua história e diversidade, vem sendo trabalhada para se tornar patrimônio cultural imaterial do estado e do país. Alguns passos em andamento, inclusive, serão fundamentais para, mais adiante, ser pleiteado junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) o posto da Cozinha Mineira como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para se chegar a esse objetivo, neste momento, já começaram os estudos da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult) e do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) para o reconhecimento. Outra ação articulada pelos órgãos também já está programada para a sequência, com a solicitação do registro da Cozinha Mineira como patrimônio do Brasil ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

“A cozinha é a alma de Minas Gerais, e vai além da sua crescente representatividade no Turismo e na Cultura do estado: a Cozinha Mineira gera milhares de empregos diretos e é responsável por 30% da vinda de visitantes ao estado, o que faz a economia girar nos diversos territórios mineiros”, destaca o secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira.

Segundo o secretário, “a culinária mineira não apenas movimenta uma imensa cadeia produtiva, mas também tem base sólida na agricultura familiar, que considera fundamental como instrumento para a valorização dos produtores, para a preservação da tradição e para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, ele reforça a ação do Governo de Minas para garantir o reconhecimento. Além disso, complementa Oliveira, o Estado vai “elaborar, de forma participativa e colaborativa, o Atlas da Cultura Ali-

mentar de Minas Gerais, que vai detalhar todos os alimentos e modos de fazer que são a base da nossa cozinha”.

A chegada deste reconhecimento, na avaliação do presidente da Frente da Gastronomia Mineira (FGM), Ricardo Rodrigues, irá projetar o estado mundialmente de forma orgânica, tendo em vista que a cozinha representa um dos principais atrativos turísticos de Minas Gerais.

“A Cozinha Mineira, representada pelo respeito aos alimentos, pelo trabalho muito bem feito do campo à mesa, pelos mais variados ingredientes, modos de fazer e estilos de servir, traz uma identidade muito única e nos coloca no patamar das cozinhas mais bem representativas do país. Por esses e vários outros motivos ela já é e vai ser ainda mais um canal indutor do turismo nos níveis regional, nacional e internacional”, pontua Rodrigues.

### Internacional

Atualmente, a Unesco reconhece algumas tradições relacionadas a alimentos e bebidas como parte da Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Entre eles estão a dieta mediterrânea, da região Mediterrânea, a cozinha tradicional mexicana, do México, a refeição gastronômica dos franceses, da França, a base da culinária japonesa, chamada de Washoku, além de pratos e ingredientes específicos de países como Armênia (Lavash) e Turquia (café).

Fonte: <https://clicfolha.com.br/destaques/governo-quer-comida-mineira-como-patrimonio-da-humanidade/>



FOTO: DIVULGAÇÃO



# ASPECTOS DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE OITOCENTISTA

A sociedade oitocentista foi marcada – o que se estende na prática ou em considerável parte até os dias atuais – pela extrema violência nas relações interpessoais, não só pelo regime da escravidão à época, mas também pela ação repressora do Estado, com seus arsenais e repertórios de castigos corporais, imposturas, pusilanimidades, sevícias, execuções. Processo aliado à brutalidade rotineira no trato entre pessoas, abusos contra crianças e jovens como método pedagógico convencionado, a agressividade e criminalidade como moeda corrente nas relações sociais, a segregação feminina, a prepotência senhorial-estatal, a truculência das elites, a exorbitância dos valores e premissas culturais de honra e de imagem social.

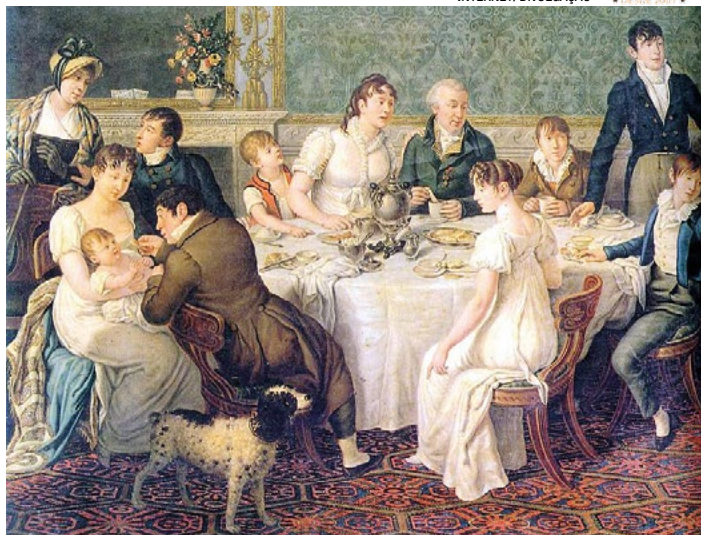
A violência – que tanto nos atribula até os dias correntes – constitui um ethos, um rito a permear as relações sociais, sejam horizontais ou verticais, entre conhecidos ou estranhos, entre ricos e pobres, entre cônjuges (parentes) e inimigos, o que se estendia/estende a relações de trabalho, vínculos de parentesco, de vizinhança etc.

Autores conceituados como Maria Sylvia de Carvalho Franco atribuem as causas ou condições da violência, entre nós, à rígida hierarquização da sociedade com elevada incidência de vínculos de dependência e submissão pessoal, baseados na ordem autoritária social-estatal secularmente arraigada (In “Homens livres na ordem escravocrata” São Paulo, Unesp, 1997). Outra pesquisadora, Silvia Hunold Lara afirma que as formas de violência que caracterizavam as relações senhor-escravo permeavam /ordenavam todas as esferas sociais ou seja era uma ordem institucionalizada (“Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)”, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1988, pp. 341-344).

A legitimação da dominação, definindo situações de poder e de submissão (escravidão, o poder irracional e desproporcional do Estado, agregado à sua incompetência, coerção e omissão, onde nada funciona à exceção do fisco e dos privilégios) levaria à violência, atingindo todos os estratos sociais, que a ela recorrem, como forma corriqueira de soluções dos problemas de enfrentamento de conflitos, de defesa de direitos, de afirmação de posição e de valores, dentre esses o da honra, da demonstração de força, de coragem, de dignidade, para os quais muitos se moviam e se dispunham a ocupar um espaço de respeito, de se firmar no mundo social, algo que, de outro modo, não lhes pertenceria.

As regras de sociabilidade se firmariam, se mitigariam com a gradual atuação da justiça, (em nossa região com a instalação da Comarca do Rio das Mortes em 1714) em que os cidadãos passaram gradualmente a negociar seus próprios limites e a própria legitimidade e justificação de seus atos. As pessoas, aliás, tinham atitudes contraditórias, imprevisíveis, passando de atitudes pacíficas subitamente para a beligerância. Norbert Elias, ao analisar a atitude agressiva frequente nas sociedades medievais europeias, afirma: “... não que as pessoas andassem sempre de cara feia, arcos retesados e postura marcial como símbolo claro e visível de sua perícia belicosa. Muito ao contrário, em um momento estão pilheriando, no outro trocam zombarias, uma palavra leva a outras e de repente, emergindo do riso se veem em meio de uma rixa feroz. Grande parte dos que nos parece contraditório – a intensidade da religiosidade, o grande medo do inferno, o sentimento de culpa, as penitências, as explosões desmedidas de alegria e divertimento, a súbita explosão de força incontrolável do ódio e da beligerância – tudo isso, tal como a rápida mudança de estados de ânimo, é na realidade sintoma da mesma estrutura social e de personalidade” (“O processo civilizatório: uma história dos costumes” Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1990, p. 198).

Consoante documentos levantados junto a arquivos como o do Museu Regional de São João Del-Rei (com base em processos que transitaram na comarca do Rio das Mortes), a maior parte dos crimes estava ligada a ofensas físicas e que causavam graves consequências: mutilações, deformações, incapacidade temporária ou permanente, mortes. As armas utilizadas envolviam facas, instrumentos de trabalho (enxadas, foices), paus, porretes, chicotes, armas de fogo. As agressões eram contumazes e as penas previstas severas.



Crimes contra a propriedade, por outro lado, como roubos, furtos eram aquinhoados com penas inferiores, fato que levou o viajante inglês Richard Burton a proceder às seguintes considerações:

“...as leis brasileiras, ao contrário das nossas, protegem muito mais a vida e integridade física do que a propriedade. Aqui, levantar uma bengala ou mesmo usar linguagem insultuosa é considerado crime e o crime é severamente punido. Os estrangeiros costumam dizer que, no Brasil, é melhor matar um homem do que feri-lo. É um crime atirar em um ladrão que está assaltando nossa casa. Na Inglaterra a lei se coloca, grotesca e escandalosamente, no extremo oposto (...) embora possam achar nossos narizes e quebrar costelas a troco de \$ 5 de multa ou uma semana de prisão, não podem tocar em um relógio ou um alfinete de gravata alheios, pois, do contrário, a majestade da lei lançara sobre eles a força de seu peso terrível” (“Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho”, Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1976, p. 327)

Acompanhemos ainda comentários de Richard Burton que viajou por nossa região por volta de 1867:

“Entre os ricos, os homicídios derivam de três causas: terras, questões políticas e “negócios do coração” – um motivo apenas secundariamente mencionado – especialmente quando está em jogo a honra da família e somente um tiro ou uma facada poderão resolver o caso. Os pobres matam uns aos outros por causa de brigas por questões de terras, perdas no jogo, amor e bebida; a cachaçada termina sempre em derramamento de sangue. Via de regra, todos os homens andam armados com revólveres e punhais que são usados ocultamente nas cidades; no interior, ninguém anda, a pé ou a cavalo, sem uma garrucha e todos trazem uma faca na cintura. Derramamento de sangue é encarado sem muito horror; praticamente não há aquela preocupação e aquele respeito pela vida humana que caracterizam os antigos países da Europa. O afetuoso diminutivo “facadinha” significa um esfaqueamento e uma “mortezinha” é um assassinato geralmente à traição. A impossibilidade moral de aplicar a pena última – de tirar o criminoso da lista dos vivos – a facilidade de fugir da cadeia e o pouco receio dos trabalhos forçados entre os escravos, são fatores que estimulam a vingança. Em sua maior parte, os criminosos são gente sem instrução” (op. cit. p. 331)

A legislação colonial-imperial (o que seria reproduzido pela justiça republicana) é farta na tipificação de crimes, dentre aqueles contra a ordem pública (assuada, desordem, desacato, rebelião, a responsabilidade e penalização pela fuga de presos e escravos), tentando disciplinar o funcionamento da mobilidade pública e o controle da ordem social. Uma forma de inibir ou controlar os atos públicos como ajuntamentos, porte ilegal de armas, ofensas e perjúrios contra autoridades etc. Os dados policiais e judiciais atestam a constância da criminalidade violenta em todos os estames sociais. As motivações são extensas e disseminadas: ciúmes, jogos, inimizades, intrigas, gerando espancamentos, mutilações, mortes, crimes os mais bárbaros, denotando uma sociedade cujos padrões e valores se pautavam pela agressividade, pela concorrência, busca ou manutenção de espaços contrastivos.

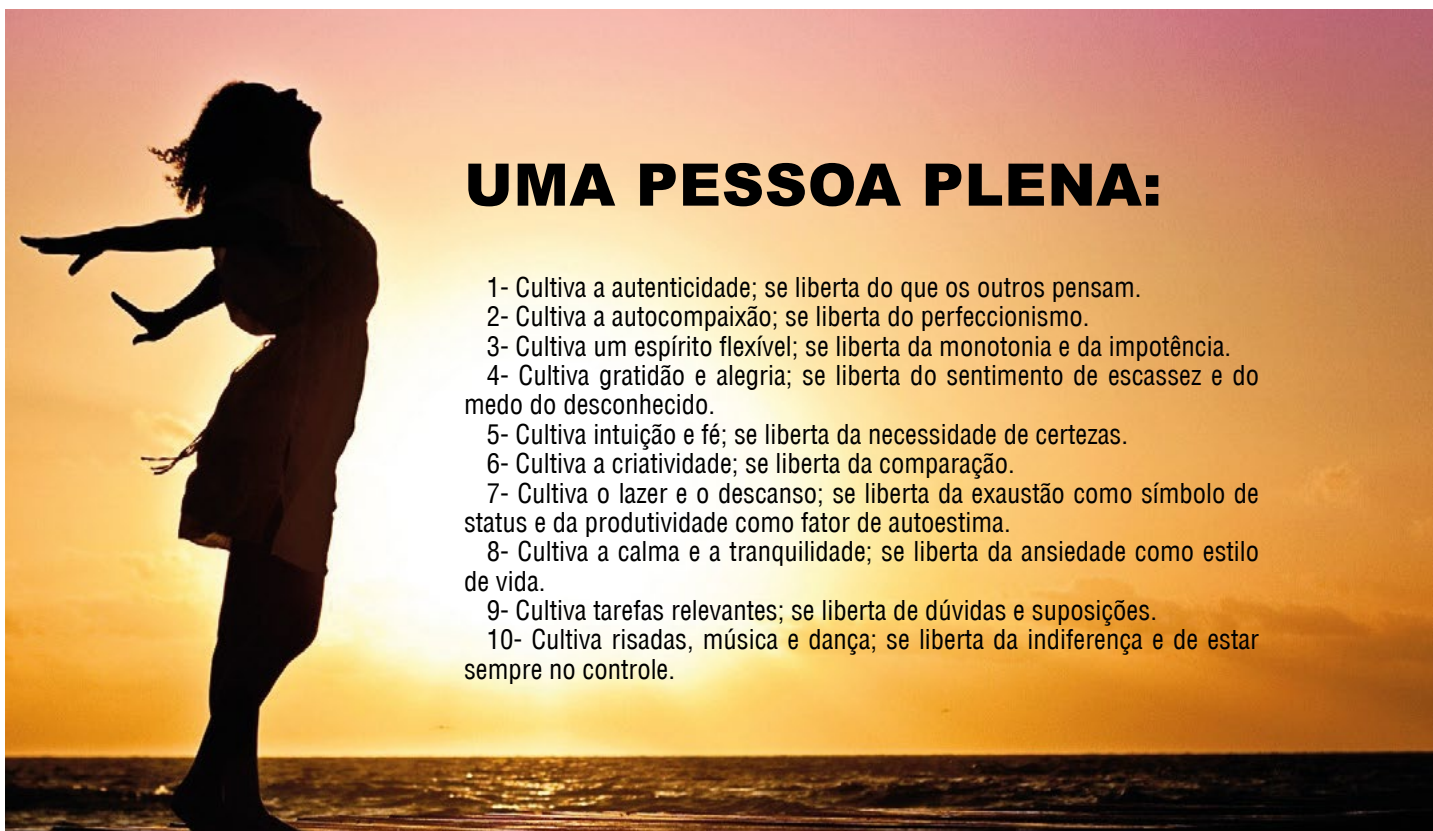
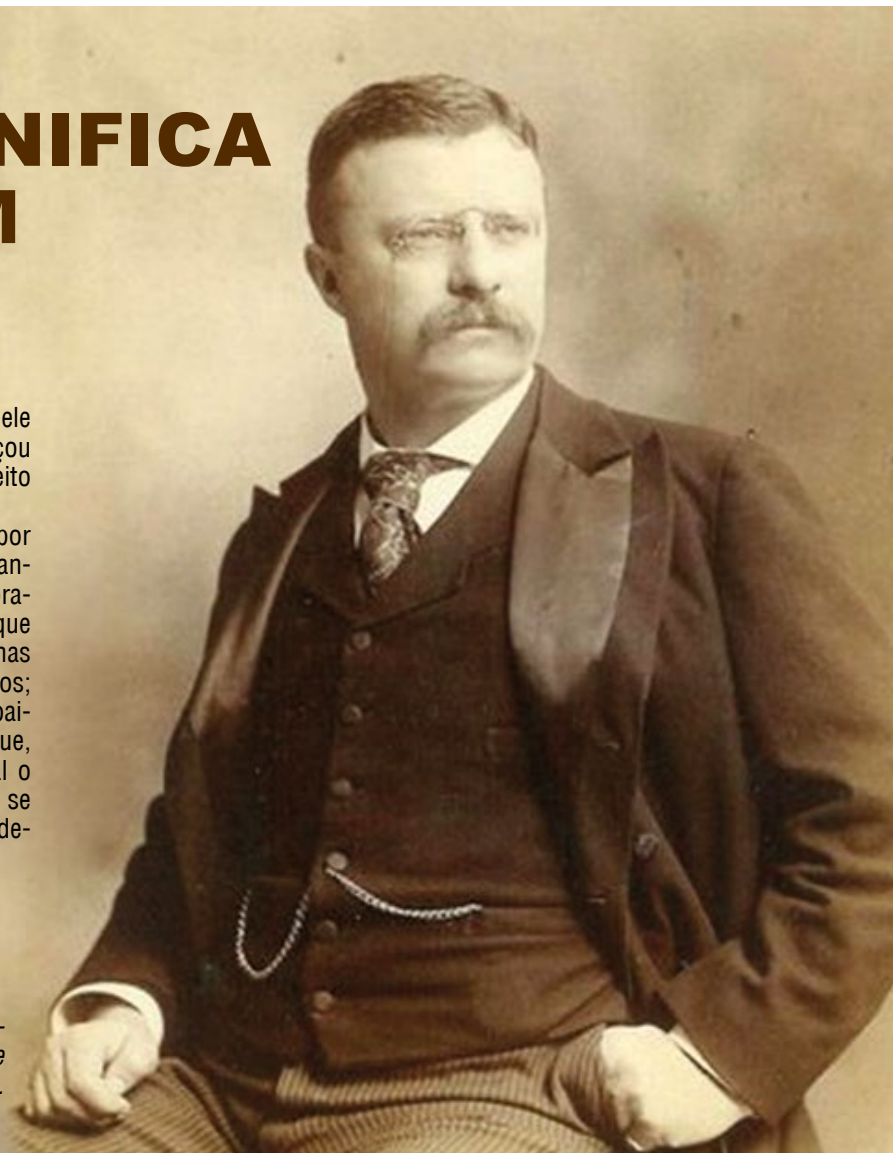
(Fonte para a presente matéria: Ivan de Andrade Vellasco - “A cultura da violência: os crimes na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, Século XIX” Rev. “Tempo”, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 171-195)

# O QUE SIGNIFICA VIVER COM OUSADIA...

Não é o crítico que importa; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor.

O crédito pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente; que erra, que decepciona, porque não há esforço sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que, na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente.

*Trecho do discurso "Cidadania em uma República", proferido na Sorbonne por Theodore Roosevelt, em 23 de abril de 1910.*



## UMA PESSOA PLENA:

- 1- Cultiva a autenticidade; se liberta do que os outros pensam.
- 2- Cultiva a autocompaixão; se liberta do perfeccionismo.
- 3- Cultiva um espírito flexível; se liberta da monotonia e da impotência.
- 4- Cultiva gratidão e alegria; se liberta do sentimento de escassez e do medo do desconhecido.
- 5- Cultiva intuição e fé; se liberta da necessidade de certezas.
- 6- Cultiva a criatividade; se liberta da comparação.
- 7- Cultiva o lazer e o descanso; se liberta da exaustão como símbolo de status e da produtividade como fator de autoestima.
- 8- Cultiva a calma e a tranquilidade; se liberta da ansiedade como estilo de vida.
- 9- Cultiva tarefas relevantes; se liberta de dúvidas e suposições.
- 10- Cultiva risadas, música e dança; se liberta da indiferença e de estar sempre no controle.